



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



1 Mensagem da Administração

Em 2024, a Codemge intensificou sua atuação na trajetória do desenvolvimento e registrou mais um período de amadurecimento, crescimento e bons resultados operacionais e financeiros.

Pelo quinto ano consecutivo, o Grupo Codemge atingiu lucro recorde de R\$ 1,7 bilhão. Considerando apenas o resultado da Codemge, houve recorde, pelo quinto ano consecutivo, com R\$ 891 milhões de lucro líquido. Naturalmente, o resultado da Codemge é consequência direta de sua participação de 51% na Codemig, detentora de resultados consistentes oriundos da atividade econômica do nióbio.

Na busca por manter a eficiência na gestão de recursos, o Grupo manteve em 2024 a economia com despesas gerais e administrativas, reduzindo-as em 2% em relação ao exercício de 2023. Em paralelo, foi ampliada em 18 vezes a destinação de recursos para ações de desenvolvimento, como projetos de municipalização de rodovias do estado, convênios para pavimentação de rodovias e outros importantes programas.

A Codemge, em 2024, efetuou gastos da ordem de R\$ 9 milhões na estruturação e modelagem de projetos de concessões e parcerias público-privadas para o estado – um aumento expressivo, frente ao R\$ 1,2 milhão investido em 2023.

Isso se soma a um corpo técnico que é referência em temas variados como parcerias público-privadas, concessões, gestão de ativos e mineração, levando a Codemge a ser associada ao desenvolvimento de grandes projetos em Minas Gerais.

De fato, a empresa está hoje inserida em uma série de ações estratégicas para o estado de Minas Gerais, como o Plano Estadual de Logística e Transporte (Pelt); o estudo de cenários para renovação da frota do transporte metropolitano; o Complexo de Saúde Hospital Padre Eustáquio (HoPE); a Rota dos Vinhos; a melhoria da infraestrutura de escolas estaduais; a ampliação do acesso ao saneamento básico nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri; além de modelagens de projetos de concessão de forma geral.

Ao mesmo tempo, em 2024 começou a ser gestado o Cidade Parceira, projeto lançado em 2025 que possibilitará a melhoria de serviços públicos em diversas áreas, unindo Codemge e municípios mineiros. A Companhia também apoiou várias iniciativas em prol do desenvolvimento de Minas Gerais por meio de convênios e patrocínios, fortalecendo a promoção de negócios, a geração de empregos e a exportação das belezas, tradições e competências mineiras.

O que une todos esses resultados e frentes de atuação da empresa é a busca incansável pela nossa missão: promover o desenvolvimento econômico e social do estado de forma sustentável, por meio de projetos estratégicos.

Em outras palavras, nosso negócio é Minas crescer. Um *core business* amplo e desafiador. Se o fim almejado é amplo, os meios estão claros: estabelecer e desenvolver parcerias sólidas, transparentes e eficazes, colaborando para o crescimento de Minas ser ainda mais rápido e sustentável.

Após um 2024 importante nesse caminho, estamos prontos para um 2025 ainda mais forte!

**Luísa Cardoso Barreto**  
Diretora-Presidente

2 PERFIL CORPORATIVO

2.1 A CODEMGE

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) é uma empresa estatal integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Minas Gerais, organizada sob a forma de sociedade por ações, sendo o Estado seu acionista controlador, com 99,99% de suas ações.

Instituída em 2018, mediante uma reorganização societária da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), a Codemge assumiu as competências e os negócios anteriormente relacionados à Codemig, tendo por objeto, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, “promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar, de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros”.

A Codemge é acionista majoritária da Codemig, com 51% de participação, sendo as demais ações detidas pelo Estado de Minas Gerais. A Codemig, por sua vez, é sócia participante em uma Sociedade em Conta de Participação (SCP) estabelecida com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) para a exploração de nióbio, sendo essa a principal fonte de receita do Grupo Codemge.

A figura a seguir apresenta a estrutura societária do Grupo Codemge:

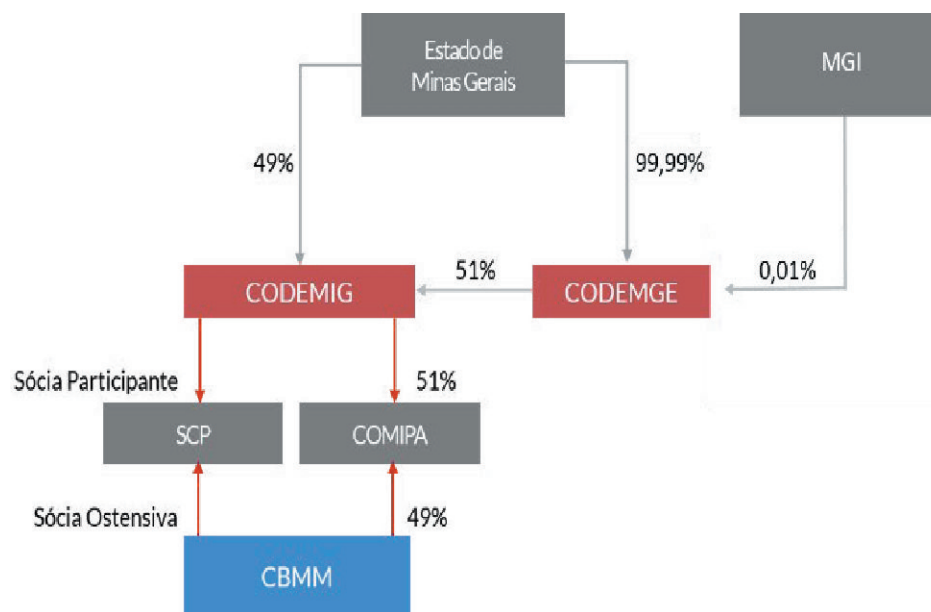


Figura 1: estrutura societária do Grupo Codemge

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.2 A CODEMIG**

A Codemig foi criada em 17 de dezembro de 2003 pela Lei Estadual nº 14.892, a partir da alteração da denominação social da Companhia Mineradora de Minas Gerais (Comig) e da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI/MG) e da Empresa Mineira de Turismo (Turminas), além dos ativos da extinta Companhia de Desenvolvimento Urbano de Minas Gerais (Codeurb).

Até 2018, a Companhia era responsável por diversos projetos e ações de fomento ao desenvolvimento econômico do Estado, os quais, após cisão parcial, foram então assumidos por sua acionista majoritária, a Codemge.

A Codemig é hoje uma sociedade de economia mista da administração indireta do Estado de Minas Gerais. Por meio da participação na Sociedade em Conta de Participação (SCP) estabelecida com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), a Codemig dedica-se à exploração do nióbio. A CBMM é a sócia ostensiva nessa SCP.

**Nióbio**

Usado principalmente em ligas metálicas e em aços especiais, o nióbio confere importantes propriedades aos compostos, permitindo seu emprego na fabricação de turbinas de aeronaves, automóveis, tubulações de gás sob alta pressão, placas para plataformas marítimas, pontes, viadutos e edifícios.



Outras aplicações incluem a fabricação de vidros e de cerâmicas especiais, usadas em receptores de televisão e outros equipamentos; a produção de catalisadores químicos; os usos em aparelhos de medicina diagnóstica e até mesmo em aceleradores de partículas de alta energia. Novas ligas e compostos que utilizam o nióbio seguem sendo desenvolvidos, o que deve ampliar o leque de aplicações do mineral e aumentar a demanda por sua extração.

Para lavar o minério das minas do Barreiro, em Araxá, a Codemig e a CBMM são sócias na Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá (Comipa), formada pelos direitos minerários das duas acionistas.

No âmbito da parceria, a Codemig e a CBMM arrendam suas minas à Comipa, responsável pela extração mineral e pelo gerenciamento das jazidas de nióbio pertencentes à Codemig e à CBMM. A Comipa vende o minério à CBMM, que industrializa e comercializa o nióbio, repassando à Codemig 25% do lucro líquido obtido. O acordo com a CBMM foi iniciado em 1973, confirmado em 2002 e está válido até 2032.

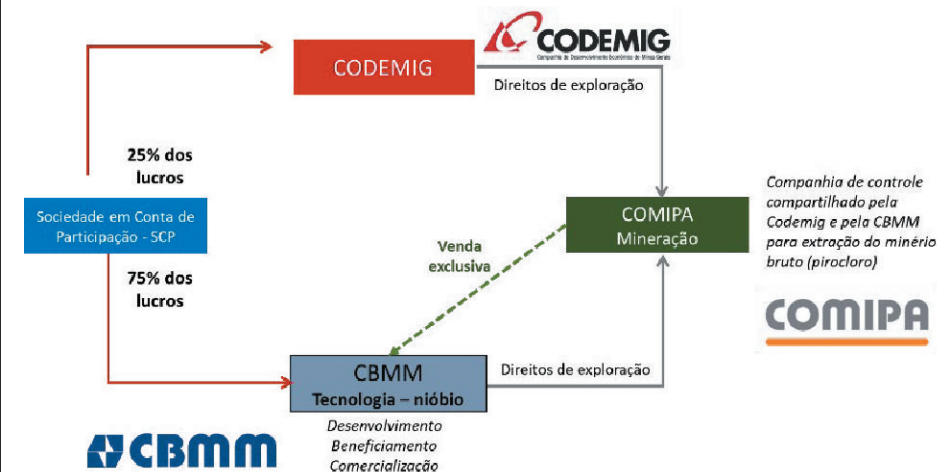


Figura 2: síntese do modelo operacional da exploração de nióbio

**3 MODELO DE NEGÓCIO**

A Codemge vem trabalhando em seu reposicionamento estratégico. Se, por um lado, avaliou sua carteira de ativos, promovendo a saída daqueles não alinhados à sua estratégia e que podem ser mais bem geridos pela iniciativa privada, por outro, concentrou-se em se tornar um importante ator no ecossistema de desenvolvimento mineiro, buscando soluções simples e efetivas em prol da geração de emprego e rendano estado.

**3.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES**
**QUEM SOMOS**

Somos uma fábrica de projetos do Estado de Minas Gerais, focada em desenvolvimento econômico e social, com entregas que geram bem-estar para a população.

**MISSÃO**

Promover o desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais de forma sustentável, por meio de projetos estratégicos.

**VISÃO**

Consolidar-se como principal vetor de projetos estratégicos em Minas Gerais até 2029, promovendo desenvolvimento sustentável. "O desenvolvimento de Minas passa por aqui!"

**VALORES – o que é importante para nós**

- **Gestão eficiente e transparente**  
Buscamos resultados de impacto, com adequada alocação de recursos, orientados pelas melhores práticas de governança.
- **Responsabilidade social e ambiental**  
A sociedade mineira é o nosso cliente – trabalhamos com foco em entregas que impactam gerações.
- **Colaboração com foco no resultado**  
Acreditamos que chegamos mais longe quando colaboramos uns com os outros e quando colaboramos com o ecossistema mineiro de desenvolvimento. Não importa "quem fez", mas, sim, o resultado alcançado.
- **Inovação**  
Pensamos fora da caixa e buscamos viabilizar soluções práticas para questões complexas da Companhia e de Minas Gerais.

**3.2 ESTRATÉGIA**

O Planejamento Estratégico da Codemge traz subsídios importantes sobre o reposicionamento da Companhia a todos os seus atores.

Visando a um processo contínuo de aperfeiçoamento e relevância da sua atuação empresarial, a Companhia, por meio do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo – Pnelp (2025-2029), traz alguns novos elementos com relação ao Pnelp anterior, embora haja claramente uma continuidade na estratégia de maneira geral.

Nesse sentido, a Codemge tem investido em mostrar ao público suas diversas linhas de atuação e sua relevância para o ecossistema de desenvolvimento mineiro, buscando fortalecer sua marca.

Em 2025, a Codemge continuará a apoiar iniciativas culturais em Minas Gerais e a gerar conhecimento, junto aos seus stakeholders, acerca dos desafios enfrentados para o desenvolvimento do estado e da alocação de seus recursos financeiros e humanos em prol dos mineiros.

As perspectivas que integram o Mapa Estratégico da Codemge estão divididas em três dimensões: na base da pirâmide, é apresentada sua forma de atuar; em seguida, são apresentados seus dois grandes eixos de atuação; por fim, no último degrau da pirâmide, está o produto que a Codemge entrega à sociedade, que norteia todo o trabalho da Companhia, como suporte ao ecossistema de desenvolvimento mineiro.



A Codemge conta com um portfólio diversificado de ativos que é, ao longo da história da Companhia, constantemente avaliado com o intuito de prover a melhor destinação econômica, financeira e social ao patrimônio.

A Codemge administra, direta e indiretamente, uma carteira variada de ativos imobiliários e busca constantemente oportunidades no mercado para rentabilizá-la. Também é objetivo oferecer melhor uso social e econômico a seus ativos, os quais, em muitos casos, estão subutilizados.

**Centros de feiras e eventos:**

Minascentro (Belo Horizonte) – concedido ao Consórcio Chevals/Perfil  
Expominas Belo Horizonte – concedido à Nutribrom  
Expominas Juiz de Fora  
Expominas São João del-Rei

**Parques e balneários:**

Thermas Antônio Carlos (Poços de Caldas)  
Parque das Águas de Caxambu  
Balneário Gabriel Passos (Tiradentes)  
– arrendado à Cantina do Ítalo

**Hotéis:**

Grande Hotel de Araxá – arrendado ao Grupo Tauá  
Palace Hotel e Cassino (Poços de Caldas) – arrendado ao Consórcio Carlton-Village

**Outros ativos culturais:**

Centro de Cultura Presidente Itamar Franco (Belo Horizonte)

**Distritos Industriais:**

A Codemge tem 54 Distritos Industriais, implantados em 45 municípios, sendo 24 sob sua gestão e os outros 30 municipalizados.



Ao todo, há cerca de 3 mil empresas nos 12 mil terrenos existentes. A área total comercializada em 2024 ultrapassa a marca de 472 mil metros quadrados, cujos lotes estão localizados em Pirapora, Unai, Uberaba, Juiz de Fora e Pouso Alegre.

Mais informações sobre os ativos da Codemge podem ser encontradas em seu site institucional:

[www.codemge.com.br/investidores](http://www.codemge.com.br/investidores)



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 5 PARCERIAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS

Em 2024, a Codemge deu importantes passos em direção a seu reposicionamento estratégico, que começou em 2021, com o Desenvolve Minas. Com o objetivo de reposicionar a Codemge no desenvolvimento econômico de Minas Gerais, a iniciativa liga as esferas pública e privada, tornando a Companhia uma facilitadora e promotora da atração de investimentos no estado, sem necessariamente investir recursos próprios. Dessa maneira, a Codemge usa sua *expertise* e seu capital humano em favor do desenvolvimento de Minas Gerais, focando no seu objeto social.

O Decreto 48.670, publicado em 7 de agosto de 2023, o qual trata da política e da governança de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais,

definiu a Codemge, oficialmente, como a nova modeladora de projetos do estado de Minas Gerais, regulamentando assim o Acordo de Cooperação Técnica assinado entre a Companhia e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra).

Mais informações sobre os projetos, a estratégia, os resultados, a governança e a gestão de riscos do Grupo Codemge podem ser encontradas em seu site e em seu Relatório de Gestão, publicado anualmente:

<http://www.codemge.com.br/a-codemge/relatorio-de-gestao/>

## 6 GOVERNANÇA CORPORATIVA

### 6.1 MODELO DE GOVERNANÇA

Nos últimos anos, a governança corporativa tem sido um alicerce do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Codemge. A Companhia tem buscado continuamente aperfeiçoar seus mecanismos e processos de acordo com as melhores práticas recomendadas por instituições referência no assunto, como o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), e em estrita observância à legislação.

A transparência, a equidade, a responsabilidade corporativa, a prestação de contas e a sustentabilidade são os fundamentos da Codemge para a efetiva geração de valor ao povo mineiro, no desenvolvimento de seu objeto social.

As práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia são transversais e alcançam seus principais *stakeholders*, trazendo maior eficiência, segurança jurídica, confiabilidade e transparência ao processo de tomada de decisão dos administradores, mitigando riscos e potencializando a geração de valor das ações e projetos implementados pela Companhia.

### ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA<sup>1</sup>

A estrutura de governança do Grupo Codemge é composta por: acionistas, Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Executiva, Secretaria de Governança, Auditoria Interna, Gerência de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos e Auditores independentes.

Suas competências e responsabilidades encontram-se especialmente disciplinadas no Estatuto Social e nos Regimentos Internos da Companhia, além de estarem contidas nas Leis 13.303/2016 e 6.404/1976 e demais legislações aplicáveis.

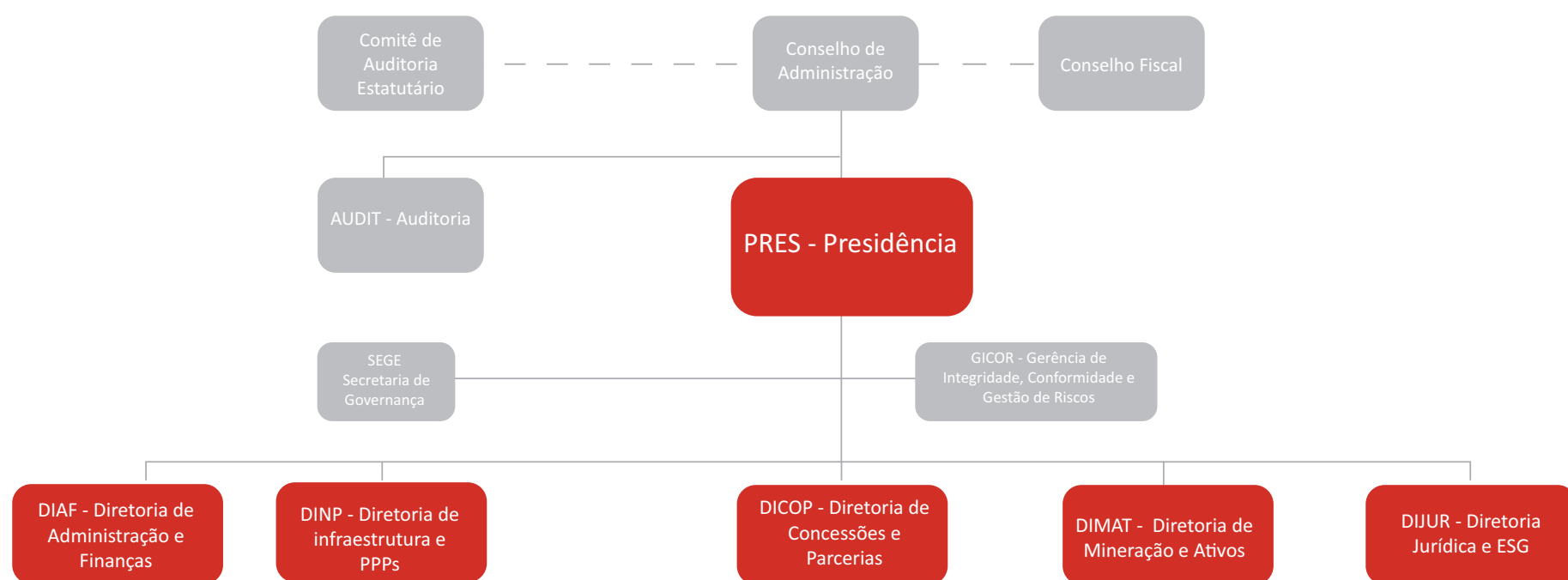


Figura 4: estrutura de governança corporativa da Codemge

<sup>1</sup> Em 2025, houve três alterações nas nomenclaturas das Diretorias: (i) Diretoria de Projetos Estratégicos e Mineração (Dipem) passou a se chamar Diretoria de Infraestrutura e PPPs (Dinp); (ii) Diretoria de Mercado e Ativos (Dimat) passou a se chamar Diretoria de Mineração e Ativos, com a mesma sigla, e (iii) Diretoria Jurídica (Dijur) passou a se chamar Diretoria Jurídica e ESG, com a mesma sigla.

A composição completa dos órgãos de governança da Codemge está disponível no site da Companhia:  
<http://www.codemge.com.br/a-codemge/governanca/>.

## 7 RESULTADOS FINANCEIROS

### POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), sendo que os JCP declarados são considerados como dividendo mínimo obrigatório.

A base de cálculo para a remuneração aos acionistas é o lucro líquido ajustado pela constituição de reservas e compensação de eventuais prejuízos. De acordo com o artigo 8º, §2º do Estatuto social, é assegurado aos acionistas, em cada exercício, dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido já ajustado.

Na forma do art. 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração delibera pela distribuição de dividendos intermediários, com o levantamento de balanço, e pela distribuição de dividendos em períodos semestrais ou menores (inclusive mensais), à conta do lucro apurado no respectivo balanço, bem como à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros porventura existentes.

Os dividendos do exercício decorrentes dos lucros líquidos anuais somente são distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, na base de 5% (cinco por cento) do lucro, até o máximo previsto em lei.

Sempre que a situação financeira da Companhia, suas perspectivas futuras, suas estratégias de investimento, as condições macroeconômicas e outros fatores considerados relevantes recomendarem, o Conselho de Administração poderá, respeitada a legislação e o Estatuto Social, durante o exercício, alterar o percentual do lucro líquido já ajustado a ser distribuído. Cabe à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras de cada exercício a decisão final sobre as condições e os valores da remuneração aos acionistas. A tabela a seguir apresenta os dividendos pagos pela Companhia aos seus acionistas Estado de Minas Gerais (EMG) e Minas Gerais Participações (MGI):

### Proventos pagos

	EMG		MGI	
	2024	2023	2024	2023
Dividendos (i)	658.434	564.707	7	6
Dividendos intermediários (ii)	6.374	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio (iii)	17.000	20.000	-	-
<b>Total</b>	<b>681.808</b>	<b>584.707</b>	<b>7</b>	<b>6</b>

Quadro 1: distribuição de dividendos 2024 x 2023

(i) Em 2024, dividendos deliberados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 30 de abril de 2024, referentes à destinação do lucro do exercício de 2023, e, em 2023, dividendos deliberados na AGOE realizada em 28 de abril de 2023, referentes à destinação do lucro do exercício de 2022.

(ii) Dividendos intermediários deliberados na AGOE realizada em 30 de abril de 2024, com base no saldo de reserva de lucros mantida no patrimônio líquido da Companhia.

(iii) Em 2024, juros sobre o capital próprio calculados com base no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de janeiro de 2024, e, em 2023, juros sobre o capital próprio calculados com base no resultado do período findo em 28 de fevereiro de 2023, calculados e pagos em ambos os anos, de acordo com a Lei 9.249/1995.



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Receita líquida

Em 2024, o Grupo atingiu a receita líquida de aproximadamente R\$1,8 bilhão, substancialmente devido aos lucros recebidos da Sociedade em Conta de Participação mantida com a CBMM.

A receita líquida auferida em 2024 pelo Grupo foi 18% maior do que a de 2023 — em números absolutos, foram registrados R\$271 milhões a mais que em 2023. O aumento da receita deve-se, principalmente, ao impacto positivo no resultado da SCP, derivado do incremento em 18% no volume das vendas e de aspectos externos, como variação cambial do dólar, euro e iene ocorrida no período.

18%  
de aumento

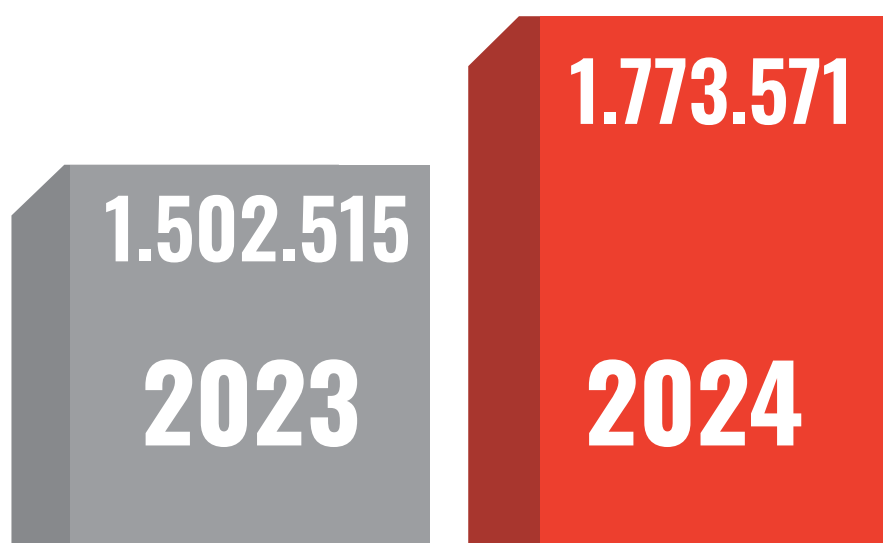


Gráfico 1: receita líquida 2024 x 2023

Imposto da SCP

Como imposto de renda da SCP devido à CBMM, ao fim do exercício de 2024, foram registrados R\$599 milhões, os quais foram repassados em janeiro de 2025. O total da participação da Codemig no imposto de renda e na contribuição social da SCP nos resultados de 2024, considerando o valor pago em janeiro de 2025 e o montante antecipado ao longo do exercício, alcançou R\$867 milhões no ano.

Lucro líquido

O grupo Codemge aumentou em 4% seu resultado positivo de 2024, atingindo lucro líquido de aproximadamente R\$1,7 bilhão, o maior da sua história. Esse foi o quinto ano consecutivo em que a Codemge aumenta seu lucro líquido.

Além do resultado da SCP, o aumento do lucro de R\$74 milhões foi proporcionado também pela redução de 2% das despesas gerais e administrativas e pelo prejuízo fiscal do exercício na Codemig, que fez com que em 2024 não houvesse Imposto de Renda/ Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (IR/CSLL) sobre o lucro do exercício.

4%  
de aumento

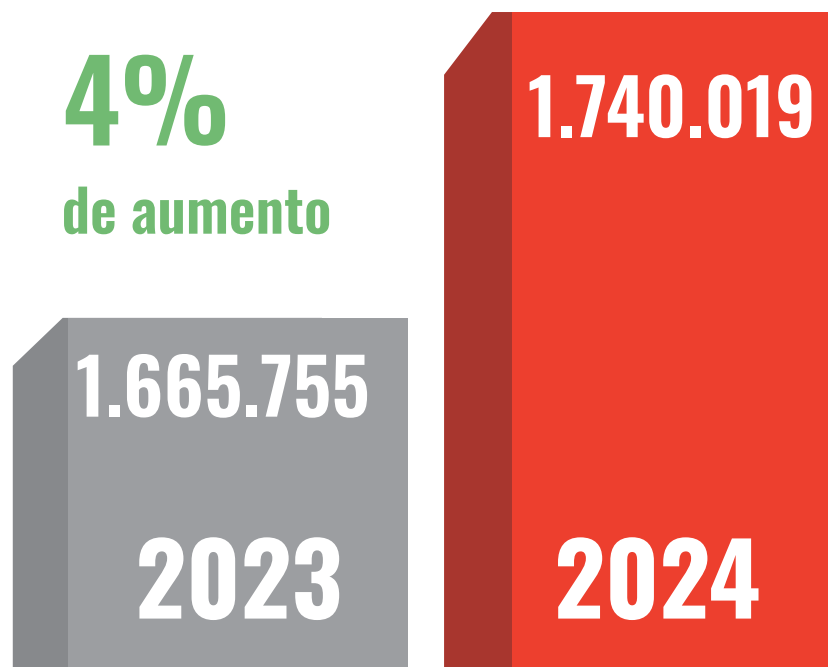


Gráfico 2: lucro líquido 2024 x 2023

Despesas Gerais e Administrativas

A variação do saldo das despesas gerais e administrativas, R\$4 milhões em números absolutos, ocorreu pelos seguintes motivos:

Em 2024, foi efetuado o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) diferido, relacionado ao empreendimento Laboratório-Fábrica de Ligas e Ímãs de Terras-Raras (LabFabITR);

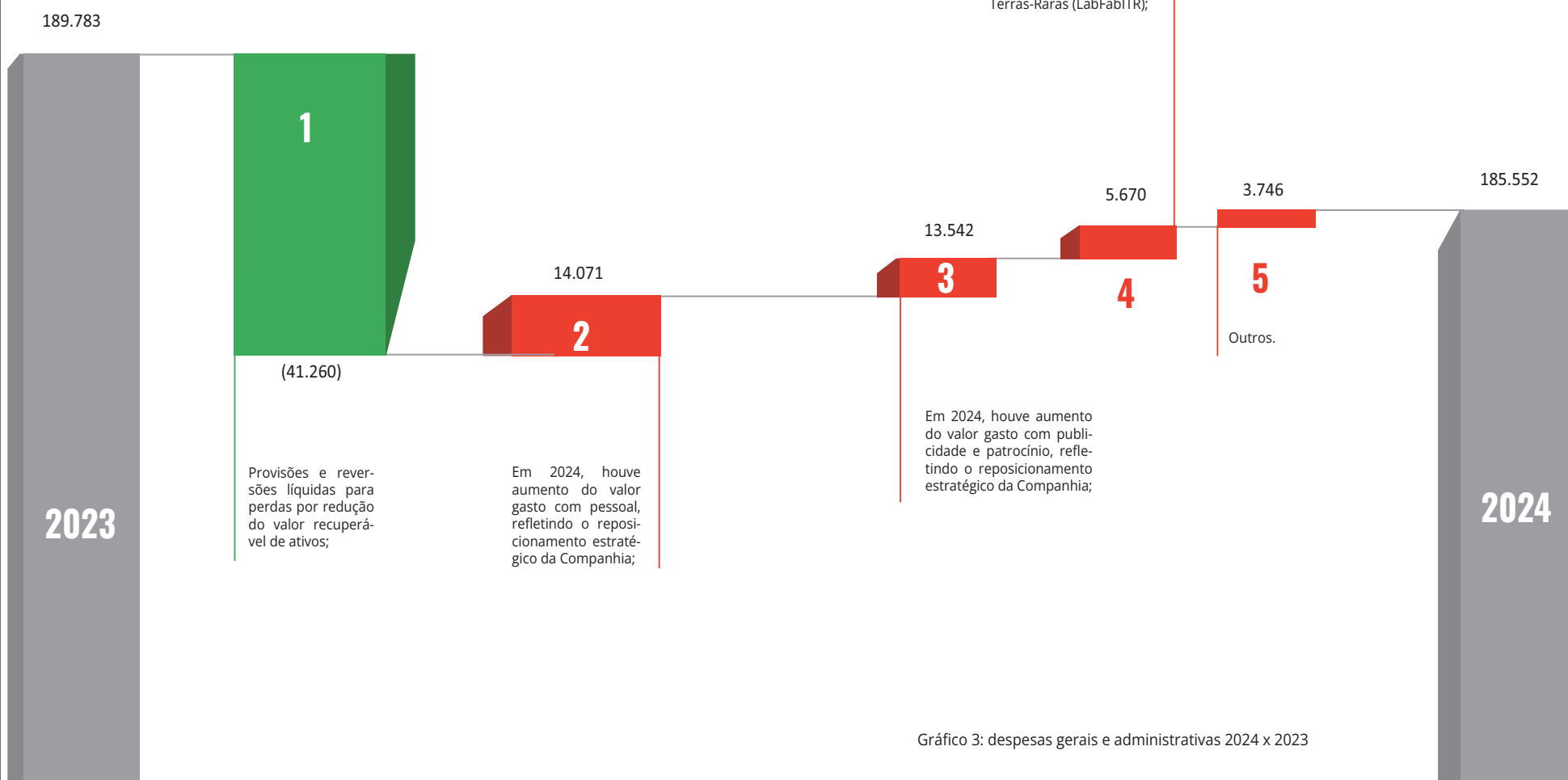


Gráfico 3: despesas gerais e administrativas 2024 x 2023



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Gastos com desenvolvimento**

Em 2024, os gastos com convênios de cooperação econômica ou técnica totalizaram R\$28 milhões, com o intuito de o grupo atuar como agente fomentador de projetos do Estado. Além disso, R\$138 milhões foram gastos, conforme previsto na Lei Estadual 24.601/2023, na qual a Codemig e sua controlada, Codemge, figuraram como interveniente financeiro, ao realizar o pagamento compensatório de trechos de rodovia do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG) para os municípios mineiros.



Gráfico 4: gastos com desenvolvimento 2024 x 2023

7%  
de aumento

**Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido do Grupo aumentou R\$160 milhões. O Grupo apurou um resultado abrangente — lucro do exercício acrescido de outros resultados abrangentes — de R\$1,7 bilhão. Como dividendos e juros sobre capital próprio do exercício, o Grupo destinou R\$876 milhões líquidos ao Estado de Minas Gerais (seu principal acionista), sendo R\$52 milhões do lucro individual da Codemge e R\$824 milhões do lucro da Codemig, além de R\$739 milhões de dividendos, tendo como contrapartidas as reservas de lucros da Codemge.

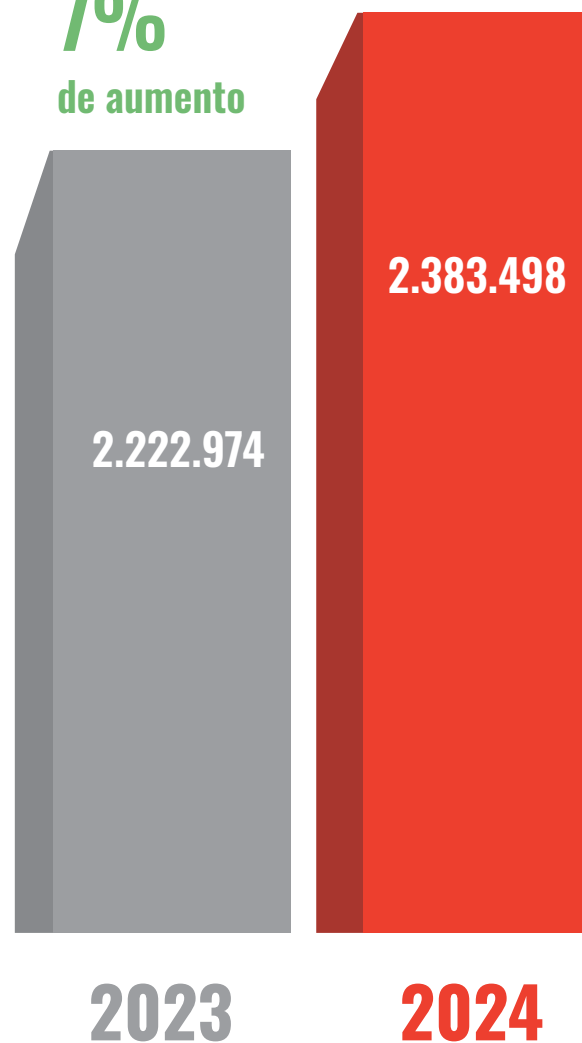


Gráfico 5: patrimônio líquido 2024 x 2023

**Ebitda**

O Ebitda é uma medição gerencial adotada pela Codemge, calculada de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, consistindo, conforme tabela a seguir, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações. A variação positiva de 6% do Ebitda do Grupo, R\$90 milhões, decorre substancialmente de:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.740.019	1.665.755
(+) IR/CSLL sobre o lucro do exercício	-	29.428
(-) Resultado financeiro positivo	(250.260)	(296.907)
(+) Depreciação e amortização	8.445	9.879
<b>Ebitda - conforme ICVM 527</b>	<b>1.498.204</b>	<b>1.408.155</b>

Quadro 2: Ebitda 2024 x 2023

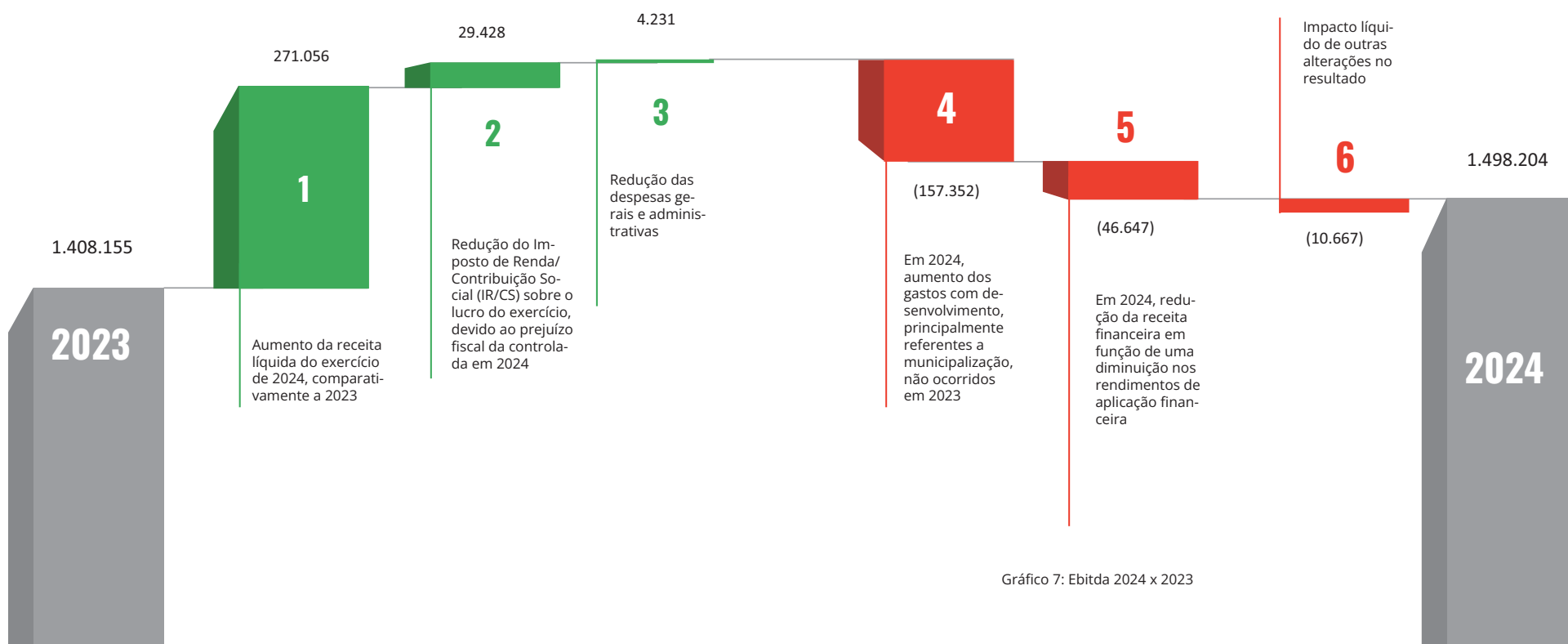


Gráfico 7: Ebitda 2024 x 2023



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**CONFORMIDADE NA GESTÃO TRIBUTÁRIA**

A Codemge tem adotado as melhores práticas em sua gestão tributária e, como consequência, foi classificada no **mais alto índice do Programa Receita Sintonia**, da Receita Federal do Brasil: a Companhia recebeu a **Classificação A+ e nota final igual a 100% em todos os critérios avaliados**.

A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil instituiu, por meio da Portaria RFB nº 511/2025, o Programa Receita Sintonia, em que o objetivo é estimular a conformidade tributária, incentivando os contribuintes a adotarem boas práticas e regularidade no cumprimento das obrigações nessa seara. O Programa concede benefícios e tratamento diferenciado aos contribuintes que se classificarem bem nos critérios de conformidade estabelecidos pela Receita Federal. Os contribuintes são classificados de acordo com o grau de conformidade, nas categorias de A+ até D, baseado nos critérios ou domínios definidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que são adotados por vários países em todo o mundo.

Entre os critérios definidos no programa estão: a manutenção do cadastro da pessoa jurídica atualizado, a assiduidade e pontualidade na entrega de declarações e escriturações contábeis e fiscais. Ainda como critério de classificação é analisada a compatibilidade das informações prestadas, assim como a regularidade e tempestividade no pagamento de tributos.



**Programa Receita Sintonia**

CLASSIFICAÇÃO		A + (100%)
	CADASTRO	★★★★★
	DECLARAÇÃO	★★★★★
	CONFORMIDADE	★★★★★
	PAGAMENTO	★★★★★

**RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES**

A Codemge informa que a PricewaterhouseCoopers (PwC) foi contratada em 26 de maio de 2020. Esse contrato passou por três aditivos e estará vigente até 26 de maio de 2025, para realização dos serviços de auditoria externa das Demonstrações Financeiras.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de sete anos, atendendo à determinação da Resolução CFC: NBC PA 400 parágrafo R540.5.

No processo de contratação dos serviços de Auditoria, compete ao Comitê de Auditoria Estatutário opinar sobre a contratação e destituição de auditores independentes, bem como supervisionar as atividades desses profissionais, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia.





Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	5	86.572	403.449	282.081	583.517	Contas a pagar	18	3.579	4.846	635.286	635.205
Títulos e valores mobiliários	6	691.719	431.059	1.983.532	1.412.130	Tributos a recolher	19	7.888	9.109	8.816	13.028
Bancos e aplicações de convênios	7	17.316	9.805	17.316	9.805	Salários e encargos sociais	21	21.192	19.917	21.192	19.917
Contas a receber	8	91.092	68.609	508.063	266.944	Adiantamento de convênios	22	17.316	9.805	17.316	9.805
Dividendos e JCP a receber	9	306.805	194.565	2.051	5.102	Adiantamentos e cauções recebidas	23	1.665	838	1.665	22.760
Tributos a recuperar	10	22.845	11.672	48.374	13.165	Dividendos a pagar	20	215.791	202.110	510.563	388.443
Partes relacionadas	13	698	747	-	-	Outras contas a pagar		10.898	2.861	10.898	2.861
Outros ativos circulantes		1.095	726	1.095	726	<b>Total do passivo circulante</b>		278.329	249.486	1.205.736	1.092.019
<b>Total do ativo circulante</b>		1.218.142	1.120.632	2.842.512	2.291.389	<b>Não circulante</b>					
<b>Não circulante</b>											
Títulos e valores mobiliários	6	208.119	5.783	677.756	627.207	Tributos a recolher	19	11.691	8.454	11.691	8.454
Bancos e aplicações de convênios	7	-	9.374	-	9.374	Adiantamento de convênios	22	-	9.374	-	9.374
Contas a receber	8	89.488	24.880	89.488	24.880	Adiantamentos e cauções recebidas	23	-	-	795.947	525.712
Tributos a recuperar	10	12.748	22.639	12.819	23.060	Provisões	24	10.398	14.944	56.682	59.206
Depósitos judiciais	11	27.714	36.978	27.714	36.978	Partes relacionadas	13	24.757	24.757	-	-
Estoque de imóveis a comercializar	12	10.894	18.485	10.894	18.485	<b>Total do passivo não circulante</b>		46.846	57.529	864.320	602.746
Instrumentos financeiros patrimoniais	14	156.412	200.519	156.412	200.519	<b>Total passivo</b>		325.175	307.015	2.070.056	1.694.765
		505.375	318.658	975.083	940.503	<b>Patrimônio líquido</b>	25				
Investimentos	15	317.712	394.553	2.393	63.994	Capital social		546.845	574.396	546.845	574.396
Imobilizado	16	359.794	375.591	628.838	619.132	Reserva de capital		580.943	580.943	580.943	580.943
Intangível	17	4.439	2.703	4.728	2.721	Ajustes de avaliação patrimonial		21.127	14.082	21.127	14.082
		681.945	772.847	635.959	685.847	Reservas de lucro		931.372	735.701	931.372	735.701
<b>Total do ativo não circulante</b>		1.187.320	1.091.505	1.611.042	1.626.350	<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		2.080.287	1.905.122	2.080.287	1.905.122
<b>Total do ativo</b>		2.405.462	2.212.137	4.453.554	3.917.739	Participação dos não controladores		-	-	303.211	317.852
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		2.080.287	1.905.122	2.383.498	2.222.974
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		2.405.462	2.212.137	4.453.554	3.917.739

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	26	84.841	63.593	1.773.571	1.502.515
Custo dos imóveis vendidos ou doados	27	(7.007)	(294)	(7.007)	(294)
<b>Lucro bruto</b>		77.834	63.299	1.766.564	1.502.221
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	28	(194.763)	(173.154)	(185.552)	(189.783)
Projetos e Parcerias	29	(8.864)	(1.290)	(8.864)	(1.290)
Gastos com desenvolvimento	30	(49.684)	(8.668)	(166.020)	(8.668)
Resultado com participações societárias	15	887.877	807.526	5.293	2.500
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	77.218	93.286	78.338	93.296
		711.784	717.700	(276.805)	(103.945)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		789.618	780.999	1.489.759	1.398.276
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	32	105.267	112.480	256.964	304.996
Despesas financeiras	32	(3.716)	(5.038)	(6.704)	(8.089)
		101.551	107.442	250.260	296.907
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		891.169	888.441	1.740.019	1.695.183
Imposto de renda e contribuição social	33	-	-	-	(29.428)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		891.169	888.441	1.740.019	1.665.755
<b>Atribuível à:</b>					
Acionistas da Companhia				891.169	888.441
Participação dos não controladores				848.850	777.314
				1.740.019	1.665.755
<b>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia no exercício (expressos em R\$ por ação)</b>					
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	34			4.342,48	4.329,19

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>		891.169	888.441	1.740.019	1.665.755
Baixa do ajuste de avaliação patrimonial por alienação de coligada		-	(19.047)	-	(19.047)
Ganho (Perda) de valor justo de investimentos avaliados a VJORA	14	9.644	(19.582)	9.644	(19.582)
Tributos diferidos sobre os ganhos e perdas de valor justo		(3.237)	6.681	(3.237)	6.681
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	15	638	(2.427)	638	(2.427)
		7.045	(34.375)	7.045	(34.375)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		898.214	854.066	1.747.064	1.631.380
<b>Atribuível à:</b>					
Acionistas da Companhia				898.214	854.066
Participação dos não controladores				848.850	777.314
				1.747.064	1.631.380

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	574.396	580.943	48.457	62.996	569.277	-	1.836.069	311.216	2.147.285
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	888.441	888.441	777.314	1.665.755
<b>Outros resultados abrangentes</b>									
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas	-	-	(34.375)	-	1.809	-	(32.566)	-	(32.566)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	-	-	(34.375)	-	1.809	888.441	855.875	777.314	1.633.189
Outras mutações no patrimônio líquido									
Constituição de reservas	-	-	-	-	666.331	(666.331)	-	-	-
Constituição de dividendos (nota 25(e))	-	-	-	-	(564.712)	(192.110)	(756.822)	(751.078)	(1.507.900)
Constituição de juros sobre o capital próprio (nota 25(e))	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)	(19.600)	(49.600)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	574.396	580.943	14.082	62.996	672.705	-	1.905.122	317.852	2.222.974
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	891.169	891.169	848.850	1.740.019
<b>Outros resultados abrangentes</b>									
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e instrumentos patrimoniais	-	-	7.045	-	-	-	7.045	-	7.045
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	-	-	7.045	-	-	891.169	898.214	848.850	1.747.064
Outras mutações no patrimônio líquido									
Redução de capital (nota 25(a))	(27.551)	-	-	-	-	-	(27.551)	-	(27.551)
Constituição de reservas	-	-	-	-	668.376	(668.376)	-	-	-
Constituição de dividendos (nota 25(e))	-	-	-	-	(472.705)	(170.793)	(643.498)	(854.671)	(1.498.169)
Constituição de juros sobre o capital próprio (nota 25(e))	-	-	-	-	-	(52.000)	(52.000)	(8.820)	(60.820)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	546.845	580.943	21.127	62.996	868.376	-	2.080.287	303.211	2.383.498

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	891.169	888.441	1.740.019	1.665.755
<b>Ajuste de:</b>				
Depreciação e amortização	5.446	6.884	8.445	9.879
Adequação ao valor recuperável de ativos	(5.733)	22.329	(34.232)	20.029
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	15.269	1.847	15.269	1.847
Extinção investida e liquidação instrumentos financeiros	-	1.809	-	1.809
Receitas financeiras	(86.457)	(68.076)	(233.317)	(214.843)
Despesas financeiras	1.601	2.085	5.217	5.067
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	1.586	43.642	1.586	43.642
Resultado com participações societárias	(887.877)	(807.526)	(5.293)	(2.500)
Variações em provisões, benefícios e incentivos	(1.188)	649	(1.361)	449
<b>Ajustes de ativos e passivos operacionais:</b>				
(Aumento) / redução títulos e valores mobiliários para negociação imediata	(218.920)	(98.604)	(571.180)	32.726
Aumento no contas a receber	(102.360)	(42.753)	(320.997)	(28.799)
Redução / (aumento) dos impostos e contribuições a recuperar	12.508	(565)	949	13.814
Redução de estoque de imóveis	7.623	293	7.623	293
Redução / (aumento) de depósitos judiciais	11.544	(4.236)	11.544	(4.236)
Redução / (aumento) de ativos líquidos com partes relacionadas	49	(408)	-	-
Aumento de outros ativos	(369)	(370)	(369)	(370)
(Redução) / aumento no contas a pagar	(1.267)	3.212	81	(13.506)
(Redução) / aumento dos tributos a recolher	(1.221)	2.908	(4.212)	2.571
Aumento de salários e encargos sociais	1.275	8.264	1.275	8.264
Aumento / (redução) de adiantamentos de clientes	772	4	249.085	(74.965)
Aumento de outras contas a pagar	3.356	27	3.356	27
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	788.051	727.904	6.896	1.806
<b>Fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais</b>	434.857	687.760	880.384	1.468.759
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aporte em títulos e valores mobiliários	(246.072)	(579.617)	(419.072)	(1.076.496)
Resgate de títulos e valores mobiliários	66.279	698.138	564.245	937.215
Aquisição de imobilizado	(5.469)	(3.568)	(5.469)	(3.568)
Aquisição de direitos contratuais, marcas e patentes e software	(1.867)	(30)	(1.867)	(30)
Redução de capital em controladas e coligadas	63.346	23.554	63.346	23.554
Aporte em fundos de investimento	(1.483)	(1.656)	(1.483)	(1.656)
Amortização de cotas em fundos de investimento	55.349	-	55.349	-
<b>Fluxo de caixa líquido (aplicado) / originado nas atividades de investimento</b>	(69.917)	136.821	255.049	(120.981)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Juros sobre capital próprio distribuídos	(17.000)	(20.000)	(28.760)	(39.600)
Dividendos distribuídos	(664.817)	(564.712)	(1.408.109)	(1.245.927)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	(681.817)	(584.712)	(1.436.869)	(1.285.527)
<b>(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	(316.877)	239.869	(301.436)	62.251
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	403.449	163.580	583.517	521.266
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	86.572	403.449	282.081	583.517
<b>(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	(316.877)	239.869	(301.436)	62.251

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Contexto operacional Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE**

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Companhia” ou “Codemge”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Estado” ou “Estado de Minas”), resultado de uma operação societária de cisão parcial da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Codemig”). Atualmente, a Codemge possui o controle acionário da Codemig e possui participação minoritária em algumas empresas (vide rol completo na nota 2.4(b)).

O Estado de Minas Gerais é também acionista direto na Codemig, com 49% de participação, de modo que não há acionistas minoritários na consolidação do Grupo. Sendo assim, onde se lê “Participação dos não controladores”, entenda que se refere a participação do Estado na Codemig e não a outros minoritários.

**(a) Cisão da Codemig e criação da Codemge**

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado em 3 de janeiro de 2018, sendo transformado na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Codemig com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determinou, ainda, que o Estado mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, se efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

A partir desse interesse, com fins de obter um maior retorno no valor das ações na sua oferta pública inicial de ações – IPO (sigla em inglês para “Initial Public Offer”), em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, ratificada e ratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Codemig decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial (“Cisão”), quando então foi criada a Codemge na qual foram incorporados o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

- dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;
- apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Codemig.

Desde a cisão, a Codemig tem como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (nota 1 (e)) e atividades vinculadas à Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do período, tem o objetivo de distribuir lucros através de dividendos intercalares mensais. A Codemge, portanto, continuará a operar as atividades para desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig – antes da cisão – substancialmente com os recursos encaminhados mensalmente pela Codemig em formato de dividendos ou juros sobre capital próprio e complementarmente com os demais recursos gerados pelos seus investimentos e operações.

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig estão sendo questionadas administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). O Estado de Minas Gerais também foi acionado, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). Em outubro de 2022, a ação judicial movida pelo MPMG sobre o tema foi sentenciada no sentido de inexistência de vícios na edição da Lei Estadual (que autorizou a abertura de capital da Codemig) que pudesse justificar a interferência do poder judiciário, restando determinada a prevalência de legitimidade dos atos administrativos praticados, cujo trânsito em julgado foi certificado em dezembro de 2022. Em outubro de 2023, no âmbito do TCE, foi emitido parecer do MPC no sentido de que a representação deve ser extinta, sem resolução de mérito em razão da perda do seu objeto. Em outubro de 2024, no âmbito do TCE, foi julgada a extinção de um dos processos, sem resolução de mérito. A Administração do Grupo continua acompanhando o julgamento do último procedimento no âmbito do TCE sobre o tema.

**b) Objeto social**

A Codemge tem por objeto social: promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemge está autorizada a atuar de forma a: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social nos termos do art. 37, inciso XX, da Constituição da República, da Lei nº 13.303/2016, da Lei Estadual nº 14.892/2003 e da Lei Estadual nº 19.965/2011; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária, desde que não se configure qualquer das hipóteses previstas no art. 14, §15, da Constituição do Estado de Minas Gerais; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; incluindo estrada, centro de exposição, feira, evento e convenção, bem como seus serviços e equipamentos; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, como petróleo e gás natural, recursos hídricos, direta ou indiretamente, no País ou no exterior; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação de empresas, bem como contratar estudos e projetos de industrialização, em consonância com a legislação social e ambiental; (ix) participar em empresas privadas dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) desenvolver empreendimentos, cujas atividades incorporem novas tecnologias; (xii) contratar parceria público-privada, na forma da legislação pertinente; (xiii) proteger e preservar mananciais em estâncias minerais de que detenha a concessão; (xiv) construir e administrar, direta ou indiretamente, prédios e instalações relacionados com hotelaria e turismo, bem como promover programas, projetos e ações de apoio e incentivo ao turismo no Estado de Minas Gerais; (xv) realizar a gestão patrimonial dos bens imóveis do Estado de Minas Gerais, em conformidade com os convênios firmados em cada caso; (xvi) realizar operações visando o desenvolvimento de projetos e empreendimentos de empresas privadas com importância e relevância para a economia do Estado; (xvii) efetuar operação de captação de recursos financeiros no mercado interno ou internacional; (xviii) conceber e executar modelagem de projetos de concessão e privatização.

Embora a Codemig mantenha o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais em seu objeto social, de acordo com a lei estadual 23.477/19, a Codemge possui prioridade na execução das atividades desenvolvidas elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Codemig.

**(c) Sociedade em Conta de Participação da Codemig com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM**

O Grupo apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Codemig no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

A Codemig, como “sócio participante”, reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos do Grupo, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido em Escritura Pública, após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como a distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos do Grupo contra a CBMM, conforme sua natureza.

Um relevante efeito patrimonial decorre da determinação de que a SCP distribua seus resultados sem considerar o impacto de imposto de renda e contribuição social registrados conforme a sua competência, mas sim conforme seu impacto de caixa (anticipações mensais). Dessa maneira, a Codemig usualmente recebe da SCP mais recurso do que seu resultado contábil apurado. Conforme a Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração). O saldo em aberto pode ser acompanhado na nota 18.

Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP - decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados - a Codemig resgatou diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2024 foram devolvidos à CBMM R\$619.728 para quitação do IR/CS da SCP de 2023 (R\$588.719 em janeiro 2023 referente ao IR/CS de 2022), consequentemente reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual Codemig e CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e previa inicialmente prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis por outros 30. Em 2003 as partes celebraram termo de acordo para prorrogação contratual pelo período de 30 anos até o ano de 2032.

**(d) Projeto de lei de privatização da Codemig**

Em outubro de 2019, foi enviado pelo Governo de Minas à ALMG o PL 1.203/19 que autoriza a desestatização da Companhia pelas modalidades de privatização, delegação, desinvestimentos ou parcerias. O referido Projeto de Lei foi arquivado em janeiro de 2023, em virtude do fim da última legislatura. Caso seja mantido o interesse na matéria nos mesmos moldes ou em outros de interesse, o Governo de Minas deverá reapresentar a demanda ao legislativo para nova tramitação.

**(e) Política Estadual de Desestatização – PED**

Foi publicado, no dia 27 de novembro de 2019, pelo Governo de Minas Gerais o Decreto nº 47.766, que institui a Política Estadual de Desestatização (PED). O objetivo principal é concentrar a atuação do Estado em atividades de relevante interesse coletivo, buscando a reestruturação do setor público e o equilíbrio fiscal, transferindo atividades antes controladas direta ou indiretamente pelo Estado para a iniciativa privada.

O decreto estabelece como objeto de desestatização, além de outros, empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado, como é o caso da Codemge e da Codemig. Cita também as modalidades de desestatização, sendo elas: privatização, desinvestimento, desmobilização de ativos e delegação.

De acordo com o decreto, as empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pelo Estado, incluídas na PED, terão sua estratégia voltada para atender aos objetivos da desestatização. Desse modo, o Grupo empenha-se em organizar as operações da Codemge e Codemig em atendimento ao PED.

O reposicionamento estratégico da Companhia, com intuito de reavaliação da sua carteira de ativos, está sendo questionado administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”), junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). Em setembro de 2023, foi proferida nova decisão pelo TCE-MG determinando abstenção de atos visando a continuidade deste Programa de Gestão de Portfólio. Contra a referida decisão houve interposição de recurso pela Companhia e em dezembro de 2023, houve concessão de efeito suspensivo em relação a alguns ativos, liberando-os para negociação, dentre eles estão o LabFabTR, Expominas Juiz de Fora, Expominas São João Del Rei, Parque das Águas em Caxambu, terreno ligado ao calcário em Arcos e Pains, terreno Bonsucesso, Edifício Rua Aimorés, imóvel em Curvelo, Museu das Águas de Lambari. Nos meses

seguintes de 2024, houve novas liberações para negociação da Fazenda Mato Grosso, Edifício da Rua Manaus e lote anexo, lotes do bairro Figueira, imóvel no bairro Olhos D’Água e participação acionária na Datora. O processo de representação aguarda apreciação e julgamento pelo TCE-MG. Como o Estado de Minas Gerais (“EMG”) também foi acionado administrativamente, a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”).

O mesmo tema foi objeto de investigação em outro processo administrativo junto ao Ministério Público Estadual (“MPMG”) no qual, em julho de 2024, foi assinado Termo de Acordo de Mediação entre partes, firmado no COMPOR do MPMG, e homologado judicialmente em outubro de 2024, nos termos da legislação aplicável.

**(f) Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais**

Em 7 de agosto de 2023 foi instituído o Decreto nº48.670, no qual dispõe sobre a Política de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais (“PPPMG”). Com ele, torna-se permitido que os órgãos e as entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo autorizem a Codemge a estruturar e modelar projetos de concessões e parcerias público-privadas qualificados pelo Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas à PPPMG, sob a supervisão da SEINFRA.

A Codemge, quando atuar na estruturação e modelagem da PPPMG, poderá ser ressarcida pelos dispêndios devidamente comprovados com a contratação de terceiros para fornecimento de produtos ou serviços utilizados na elaboração de projetos de concessões e parcerias público-privadas, mediante pagamento a ser realizado pelo vencedor da licitação.

A Companhia passa a atuar em parceria ao Estado de Minas Gerais prestando apoio técnico na análise de viabilidade dos projetos, elaboração de chamamentos públicos, avaliação de propostas e estudos, passando pela modelagem econômico-financeira, técnica e regulatória, até a promoção junto a investidores. A Codemge já atuava na área, por meio do acordo de cooperação técnica com a SEINFRA e teve seu papel ampliado por meio do novo dispositivo.

Em outubro de 2023 foi firmado convênio de saída entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (“FHEMIG”), e a Companhia, com o objetivo de conjugar esforços para a realização de estruturação, modelagem e posterior apoio à licitação do projeto de Parceria Público Privada (“PPP”) de um novo Complexo de Saúde do Estado de Minas Gerais. Para maiores detalhes vide nota 22.

**(g) Municipalização de Rodovias**

Em 11 de dezembro de 2023 foi aprovada a Lei Estadual 24.601 autorizando o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) a transferir, a título de descentralização da sua malha rodoviária, para os municípios mineiros, trechos de rodovia com caráter urbanos ou em área de expansão urbana.

Na referida lei foi previsto o pagamento compensatório de R\$700 por quilômetro de rodovia objeto de transferência de domínio podendo o pagamento ser realizado pela Codemge e suas subsidiárias. Em virtude da transferência, as despesas com manutenção, recuperação, conservação, restauração, melhoria e pavimentação das rodovias passam a ser de responsabilidade do município adquirente.

Para o cumprimento de tal compensação financeira pelo Grupo, em março de 2024 foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o DER-MG. O repasse é requerido quando da assinatura dos Termos de Transferência em que o Grupo irá figurar como interveniente financeiro responsável pelo repasse total ou parcial da compensação. Para detalhes sobre valores repassados no exercício, vide nota 30.

**(h) Federalização da Codemig e Codemge**

Em julho de 2024, houve na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (“ALMG”), a proposição de emenda constitucional, PEC nº 41/2024, que acrescenta dois parágrafos ao art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado (“ADCT”), com o objetivo de permitir a transferência à União das ações que garantem o controle direto ou indireto pelo Estado da Codemig. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça ainda em julho de 2024. A Companhia atualmente realiza estudos internos, a fim de permitir a adequada avaliação da Codemig e de determinados ativos da Codemge no cenário de uma federalização, com intuito de viabilizar as negociações entre o ente federal e o Estado com vistas à redução da dívida de Minas e ao equilíbrio das contas públicas.

**(i) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Codemge foi aprovada pela Administração do Grupo em 09 de abril de 2025.

**2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas na nota 2.6.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o período de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas 2.7 e 2.8.

A Administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem o Grupo. Considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente e estão consistentes com o exercício comparativo apresentado.

**2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As seguintes alterações de norma foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

• **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

• **Alteração ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

Tendo o Grupo realizado a avaliação das alterações acima, concluiu pela não existência de impactos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como “contracts referencing nature-dependent electricity”. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

• **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

• **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações:** emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

## 2.2. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

### (a) Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em função do conflito entre Rússia e Ucrânia, as vendas da CBMM foram impactadas negativamente. A CBMM não tem expectativa de retomada das vendas impactadas até o fim das sanções econômicas estabelecidas e inclusive provisionou para perda parcelas em atraso de clientes provenientes desses países.

O conflito entre tais países ocasionou ainda uma recessão na Europa em função de uma crise energética ocasionada pela diminuição de fornecimento de gás anteriormente oferecido pela Rússia. Diante disso, houve um impacto no setor industrial europeu e consequentemente na SCP.

### (b) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

A pandemia de Covid-19 ainda gerou impactos no resultado da Codemig durante o exercício de 2024 e, apesar da recuperação do mercado de nióbio, o resultado da SCP é impactado pela lenta recuperação do mercado na China.

Outro efeito da pandemia é a pressão inflacionária global, com aumento de juros e desaceleração do crescimento.

### (c) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma

federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

## 2.3 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- direitos originados de acordos contratuais; e
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem apenas a Codemig, conforme apresentado abaixo:

Investidas	Principal atividade	% participação	
		2024	2023
<b>Controladas</b>			
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest. na SCP com CBMM	51	51

## 2.4 Investimentos

### (a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos do Grupo em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, em que o investimento inicial é reconhecido ao custo e ajustado ao longo do tempo, para fins de mensuração das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado participações societárias”, na demonstração do resultado.

### (b) Quadro resumo das controladas e coligadas e participações

Nos exercícios apresentados o Grupo detinha participação nos seguintes investimentos:

Investidas (nota 15)	Principal atividade	% participação	
		2024	2023
<b>Controladas</b>			
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest. na SCP com CBMM	51	51
<b>Coligadas</b>			
COMIPA – Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51
Datora Participações	Telecomunicações	-	23
BiotechTown	Biotecnologia	49	49



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros patrimoniais (nota 14)	Principal atividade	% participação	
		2024	2023
FIP Aerotec	Aeroespacial e manufaturas aditivas e avançadas	91	91
FIP Seed4Science	Capital semente em biotecnologia, nanotecnologia, internet das coisas e materiais avançados	8	8
FIP Biotec e ciências da vida	Biotecnologia e ciências da vida	53	53

### 2.5 Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

### 2.6 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativos financeiros

##### (i) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

##### (ii) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA ou valor justo por meio do resultado - VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao VJR.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

##### (iii) Redução ao valor recuperável

O Grupo aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

No que se refere ao saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, o Grupo avalia em cada balanço o aumento do risco de crédito, avaliando possíveis riscos de inadimplência em relação ao reconhecimento inicial dos ativos. Em relação aos créditos das debêntures emitidas pelo Biotectown, constatou-se um aumento significativo do risco de crédito em função principalmente do risco de continuidade do projeto em função da baixa probabilidade de recuperação dos investimentos no futuro, de acordo com avaliações de especialistas contratados.

Em função disso, foi registrada provisão para perdas esperadas relativa às debêntures do Biotectown no valor de R\$ 7.259 até 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.710 até 31 de dezembro de 2023).

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando dados históricos e avaliação do desempenho financeiro dos mesmos, principalmente a SCP. Considerando a CBMM como seu principal cliente, ressalta-se que tal avaliação não registrou qualquer saldo de perdas esperadas do contas a receber junto a CBMM. Para as demais contas a receber, o Grupo avaliou, por meio das metodologias de avaliação disponíveis retro mencionadas, e possui um *impairment* do contas a receber de R\$28.113 (R\$15.005 em dezembro de 2023), dos quais R\$7.220 já estavam reconhecidos pela Codemig anteriormente à Cisão. Outros detalhes sobre o cálculo da estimativa estão na nota 2.8 (b) e na nota 8.

#### (c) Estoque de imóveis a comercializar

Representam terrenos e edificações com intenção de venda pelo Grupo. Estão registrados pelo seu custo de aquisição e na medida em que são alienados compõem o resultado nos custos de imóveis vendidos na parcela do custo que foi alienada. Tais ativos

são representados substancialmente pelos distritos industriais advindos da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI no momento de criação da Codemig, e posteriormente cindidos da Codemig na criação da Codemge.

São avaliados ao custo histórico ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, se em andamento, e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A política de provisão para redução ao valor recuperável considera a intenção da Administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização, o valor contábil do ativo é integralmente provisionado para perda. Somente há reversão do valor provisionado quando é realizada venda ou doação pelo Grupo.

#### (d) Depósito judicial

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

#### (e) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis do Grupo são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

#### (f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política do Grupo, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna do Grupo, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o Grupo revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

#### (i) Ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável periodicamente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor.

Considerando a Política de desestatização e a mudança da sua diretriz de negócios, o Grupo contratou empresas especializadas para realizar a avaliação dos seus ativos, o que resultou na constituição de provisão para perdas por redução ao valor recuperável.

#### (ii) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente, com periodicidade específica para cada investimento, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### (iii) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, realizado em época do ano específica para cada ativo, mas no mesmo período do ano anterior, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### (g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Prédios e benfeitorias	26 a 80 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política do Grupo, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil esta é ajustada de forma prospectiva.

#### (h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento reconhecidos como ativo, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**Custos de pesquisa e desenvolvimento**

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (a) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (b) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (c) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (d) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (e) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

**(i) Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e para recuperação ambiental são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

*(i) Provisão para descomissionamento da mina*

O planejamento de fechamento da mina consiste em um conjunto de diretrizes e boas práticas voltadas para o encerramento das atividades de uma jazida mineral, com uma perspectiva de legado pós-mineração.

Variações nos valores dos gastos estimados para descomissionamento da mina ou ainda em função da atualização de sua vida útil serão reconhecidas como ajustes (para mais ou para menos) do custo do imobilizado.

**(j) Benefícios pós-emprego**

O Grupo patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela Fundação Libertas de Seguridade Social – LIBERTAS, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios do Grupo. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em 1º de outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em 1º de novembro de 2013.

Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pela Codemig (patrocinadora).

Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. O valor que o Grupo contribuiu para o plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$2.571 (R\$2.654 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As contribuições do Grupo para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

**(k) Reconhecimento de receita**

A receita, após adoção do CPC 47, é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- identificação do contrato com o cliente;
- identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- determinação do preço da transação;
- alocação do preço da transação; e por fim,
- reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

**Participação na SCP com a CBMM**

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Codemig e a CBMM, quando o direito da Codemig de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita bruta da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 26.

**Receita de arrendamentos**

A receita é reconhecida por competência, conforme contratos firmados entre o Grupo e os arrendatários, sendo que para alguns, o valor do arrendamento é fixo, enquanto para outros, é definido um percentual do faturamento do arrendatário. Os contratos em sua maioria são de periodicidade mensal.

**Receita com vendas, serviços e locações**

A receita é reconhecida conforme são realizadas as vendas ou prestados os serviços. A maior parte dessas receitas provém de contratos de vendas de distritos industriais, para maiores detalhes vide nota 12.

**Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos

à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

**(l) Tributos sobre a renda**

**(i) Imposto de renda e contribuição social**

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

**(ii) Tributos diferidos**

O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

O Grupo possui um relevante ativo fiscal diferido decorrente de sucessivos prejuízos fiscais e entende que não existem riscos relevantes de materialização de um cenário de reversão da situação fiscal no curto prazo. Ainda assim, o Grupo passou a reconhecer contabilmente e divulgar os saldos de tributos diferidos, ainda que sejam compensados, ativos e passivos, entre si. Os passivos diferidos referentes às diferenças de depreciação fiscal e gerencial são compensados com os ativos diferidos fruto do prejuízo fiscal. Para maiores informações vide nota 33.

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

**(m) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, sua moeda de apresentação.

**(n) Arredondamentos de valores**

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

**2.7 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstradas a seguir:

**(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado**

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de empresas contratadas e especialistas do Grupo, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

**(b) Provisões para riscos litigiosos**

O Grupo reconhece provisão para causas litigiosas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as hierarquias das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos especialistas internos e externos.

**(c) Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros**

*(i) Ativos imobilizados*

O reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados está em consonância com a nota 2.6 (f).

Os testes de valor recuperável dos ativos foram realizados por empresas especializadas considerando os métodos de comparação direta ou método evolutivo para determinação do valor justo líquido de despesa de venda, estando em linha com as normas aceitas. Para aqueles ativos que foram realizados testes no exercício anterior e para os quais não existem indicações de possíveis desvalorizações no exercício corrente, não foram realizados novos testes.

**2.8 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

**(a) Tributos diferidos**

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Em 31 de dezembro de 2024, após apurar novo prejuízo fiscal, a Companhia conta com um prejuízo fiscal e base negativa de R\$632.000 em cada conta (R\$ 619.489 em 31 de dezembro de 2023). O Grupo apresenta saldo de prejuízo fiscal acumulado de R\$1.210.761 (R\$1.192.483 em 31 de dezembro de 2023) e saldo consolidado de base negativa acumulada de R\$1.217.229 (R\$1.198.951 em 31 de dezembro de 2023). Mesmo o Grupo não tendo uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo e um passivo diferidos foram reconhecidos na proporção de 34% do prejuízo fiscal e da base negativa acumulados na data do reconhecimento, limitado a 30% dos lucros fiscais esperados, conforme regra do benefício fiscal vigente e 34% sobre a diferença entre a depreciação contábil e fiscal.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é decorrente de



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sua participação societária na Codemig, que consequentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia. Analisando as despesas apuradas pela Codemig ao longo deste período, a Administração julgou não haver expectativa de lucro fiscal futuro.

**(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM**

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico de 48 anos do contrato de SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a Administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e consequentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

**3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros**

O Grupo participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requer considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O Grupo não aplica seus recursos em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

Conforme descrito a seguir, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e risco cambial.

**(a) Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento:

	Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Contas a pagar	3.579	-	-	-	3.579
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	24.757	-	24.757
Adiantamento de convênios	17.316	-	-	-	17.316
Adiantamentos e cauções recebidos	1.665	-	-	-	1.665
Dividendos e JCP a pagar	215.791	-	-	-	215.791
Outras contas a pagar	10.898	-	-	-	10.898
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>					
Contas a pagar	4.846	-	-	-	4.846
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	24.757	-	24.757
Adiantamento de convênios	9.805	9.374	-	-	19.179
Adiantamentos e cauções recebidos	838	-	-	-	838
Dividendos e JCP a pagar	202.110	-	-	-	202.110
Outras contas a pagar	2.861	-	-	-	2.861
<b>Consolidado</b>					
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Contas a pagar	635.286	-	-	-	635.286
Adiantamento de convênios	17.316	-	-	-	17.316
Adiantamentos e cauções recebidos	1.665	-	552.964	242.983	797.612
Dividendos e JCP a pagar	510.563	-	-	-	510.563
Outras contas a pagar	10.898	-	-	-	10.898
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>					
Contas a pagar	635.205	-	-	-	635.205
Adiantamento de convênios	9.805	9.374	-	-	19.179
Adiantamentos e cauções recebidos	22.760	31.473	456.554	37.685	548.472
Dividendos e JCP a pagar	388.443	-	-	-	388.443
Outras contas a pagar	2.861	-	-	-	2.861

**(b) Risco de crédito - concentração**

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos do Grupo é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Codemig derivados dessa operação.

O Grupo possui aplicação financeira no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP (4,4% da carteira), realizado inicialmente por meio da Corretora Órama e migrado para a nova conta no BTG Pactual (Corretora Necton Investimentos), destinado a investidores qualificados e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A carteira do fundo atualmente é composta em classes seniores e mezaninos em mais de 20 FIDCs e as operações estão concentradas na sua maioria nas regiões Sul e Sudeste. Os principais segmentos de atuação são indústria, comércio e serviços. O valor alocado a esse fundo é de R\$129.831 em 31 de dezembro de 2024 (R\$117.194 em 31 de dezembro de 2023).

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que as aplicações estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, com base no julgamento da Administração e na classificação de agências de risco, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação do Grupo considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador do Grupo e sua necessidade de liquidez.

Em relação às debêntures do Biotechtown, o Grupo monitora o desempenho financeiro e operacional da investida e, até 31 de dezembro de 2024, foram realizadas provisões para perdas de crédito no valor de R\$25.085 (R\$17.827 em 31 de dezembro de 2023).

**(c) Análise de sensibilidade**

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício. A taxa básica de juros, em 31 de dezembro de 2024, era de 12,25% ao ano. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% dessa taxa. Na taxa atual do IPCA, utilizamos o IPCA acumulado de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2024, de 4,83% ao ano.

O Grupo fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados para os próximos 12 meses, dos investimentos indexados ao CDI e ao IPCA, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

Ativo	Controladora				
	Saldo contábil	Nocional	Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual	Taxa / cotação atual	Taxa / cotação esperada
<b>Indexador CDI</b>					
Aplicações financeiras	149.359	149.359	112%	12,25%	14,56%
Letras financeiras	80.464	80.464	126%	12,25%	14,56%
<b>Indexador IPCA</b>					
Debêntures	2.612	2.612	192%	4,83%	5,11%
<b>Cenários</b>					
	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
<b>CDI</b>					
Aplicações financeiras	24.301	30.376	36.452	18.226	12.151
Letras financeiras	14.711	18.389	22.067	11.033	7.356
<b>IPCA</b>					
Debêntures	256	320	384	192	128
<b>Consolidado</b>					
Ativo	Controladora				
	Saldo contábil	Nocional	Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual	Taxa / cotação atual	Taxa / cotação esperada
<b>Indexador CDI</b>					
Aplicações financeiras	388.488	388.488	111%	12,25%	14,56%
Letras financeiras	533.412	533.412	122%	12,25%	14,56%
<b>Indexador IPCA</b>					
Letras financeiras	80.187	80.187	261%	4,83%	5,11%
Debêntures	5.953	5.953	176%	4,83%	5,11%
<b>Consolidado</b>					
	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
<b>CDI</b>					
Aplicações financeiras	62.766	78.458	94.149	47.075	31.383
Letras financeiras	94.507	118.134	141.761	70.880	47.254
<b>IPCA</b>					
Letras financeiras	10.707	13.384	16.061	8.030	5.354
Debêntures	536	670	804	402	268

**(d) Risco cambial**

O Grupo não possui ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposto ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e seus impactos de câmbio impactam o Grupo eventualmente através do reconhecimento da equivalência patrimonial da SCP na Codemig. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o principal fato gerador do efeito de variação cambial, os Contratos de Adiantamento de Receitas, e seus efeitos são refletidos na distribuição do resultado apenas no momento da vinculação dos passivos em moeda estrangeira pela SCP.

**3.1 Estimativa do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. Atualmente o Grupo não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria;
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, conforme quadro abaixo:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>VJR</b>				
Títulos e valores mobiliários	637.902	367.969	1.620.594	952.169
<b>VJORA</b>				
Bônus de subscrição DETECHTA	-	385	-	385
FIP Aerotec	90.076	146.953	90.076	146.953
FIP Seed4Science	2.173	1.604	2.173	1.604
FIP Biotec	64.163	51.577	64.163	51.577
<b>Total do ativo</b>	<b>794.314</b>	<b>568.488</b>	<b>1.777.006</b>	<b>1.152.688</b>

- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Atualmente o Grupo não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Ativos</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Equivalentes de caixa	83.903	403.058	279.233	581.927
Títulos e valores mobiliários	261.936	68.873	1.040.694	1.087.168
Aplicações de convênios	17.316	-	17.316	-
Contas a receber	180.580	93.489	597.551	291.824
Contas a receber com partes relacionadas	698	747	-	-
Dividendos e JCP a receber	306.805	194.565	2.051	5.102
	<u>851.238</u>	<u>760.732</u>	<u>1.936.845</u>	<u>1.966.021</u>
<b>VJR</b>				
Títulos e valores mobiliários	637.902	367.969	1.620.594	952.169
	<u>637.902</u>	<u>367.969</u>	<u>1.620.594</u>	<u>952.169</u>
<b>VJORA</b>				
Bônus de subscrição DETECHTA	-	385	-	385
FIP Aerotec	90.076	146.953	90.076	146.953
FIP Seed4Science	2.173	1.604	2.173	1.604
FIP Biotec	64.163	51.577	64.163	51.577
	<u>156.412</u>	<u>200.519</u>	<u>156.412</u>	<u>200.519</u>
Total de instrumentos financeiros ativos	<u>1.645.552</u>	<u>1.329.220</u>	<u>3.713.851</u>	<u>3.118.709</u>

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Passivos</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Contas a pagar	3.579	4.846	635.286	635.205
Contas a pagar com partes relacionadas	24.757	24.757	-	-
Adiantamento de convênios	17.316	19.179	17.316	19.179
Adiantamentos e cauções recebidas	1.665	838	797.612	548.472
Dividendos e JCP a pagar	215.791	202.110	510.563	388.443
	<u>263.108</u>	<u>251.730</u>	<u>1.960.777</u>	<u>1.591.299</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos (conta movimento)	2.669	391	2.848	1.590
Certificados de depósitos bancários - CDB	83.903	403.058	279.233	581.927
	<u>86.572</u>	<u>403.449</u>	<u>282.081</u>	<u>583.517</u>

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário, com liquidez imediata, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, sendo considerados, portanto, equivalentes de caixa. O Grupo possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos tiveram taxa de remuneração média de 106,58% e 108,49% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), individual e consolidado, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (106,24% e 106,26% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

6 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações financeiras em CDB (i)	129.979	61.317	226.734	494.676
Fundos de investimento (ii)	637.902	367.969	1.620.594	952.169
Letras financeiras (iii)	129.345	-	808.007	578.516
Debêntures (iv)	2.612	7.556	5.953	13.976
	<u>899.838</u>	<u>436.842</u>	<u>2.661.288</u>	<u>2.039.337</u>
Circulante	691.719	431.059	1.983.532	1.412.130
Não circulante	208.119	5.783	677.756	627.207
	<u>899.838</u>	<u>436.842</u>	<u>2.661.288</u>	<u>2.039.337</u>

(i) Aplicações financeiras do Grupo em CDB com carência de 1 a 53 meses. A gestão de caixa do Grupo busca compatibilizar a necessidade de liquidez da Companhia e oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.

	Intervalo de remuneração - consolidado		Saldo aplicado em	
	2024	2023	2024	2023
CDI	104% a 121%	104% a 121%	65.456	61.317
Pré-fixado	12,85% a 13% a.a.	12,85% a 13% a.a.	64.523	-
			<u>129.979</u>	<u>61.317</u>

(ii) Os fundos de investimento do Grupo se constituem como parte de seus ativos financeiros disponíveis em tesouraria, sendo que 92% dos recursos consolidados aplicados em fundos que possuem liquidez diária, ou resgate em D+1, D+7, D+10 e D+31, de baixo risco, estando indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade média acu-

mulada dos últimos 12 meses obtida pelos fundos foi de 107,54% e 108,15% do CDI em 31 de dezembro de 2024, individual e consolidado, respectivamente, e para os fundos presentes na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2023 a rentabilidade foi de 104,58% e 105,84% do CDI, individual e consolidado, respectivamente. Os outros 8% dos recursos consolidados aplicados em fundos, correspondente a R\$129.831, estão aplicados no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP, destinado a investidores qualificados e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto.

(iii) As letras financeiras aplicadas pelo Grupo são remuneradas da seguinte maneira:

	Intervalo de remuneração - consolidado		Saldo aplicado em	
	2024	2023	2024	2023
CDI	109% a 145%	106% a 162%	49.930	-
CDI +	CDI+1,00% a CDI+2,20% a.a.	CDI+0,62% a CDI+1,35% a.a.	30.534	-
Pré-fixado	6,54% a 7,92% a.a.	6,54% a 7,92% a.a.	48.881	-
IPCA	IPCA+7,25% a 7,30% a.a.	IPCA+7,25% a 7,30% a.a.	-	-
			<u>129.345</u>	<u>80.007</u>

(iv) A seguir a abertura das debêntures por emissor:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CEMIG	-	-	3.341	6.420
COPASA	2.612	4.155	2.612	4.155
BiotechTown	-	3.401	-	3.401
	<u>2.612</u>	<u>7.556</u>	<u>5.953</u>	<u>13.976</u>

As aplicações em debêntures visam diversificação, por meio de valores mobiliários emitidos por empresas controladas pelo Estado de Minas Gerais. A Codemig possui dois tipos de debêntures da Copasa. As CSMGA2 pagam juros semestralmente, sempre em janeiro e julho, com vencimento em janeiro de 2026. As CSMGB4 pagam juros semestralmente, sempre em junho e dezembro, com vencimento em junho de 2026. Já na Codemig, as debêntures da CEMIG (CMDT 33) pagam juros anualmente, sempre em fevereiro, com vencimento em fevereiro de 2025, conforme critérios da política de aplicações do Grupo, cuja remuneração por emissor está demonstrada a seguir:

	Intervalo de remuneração - consolidado		Saldo aplicado em	
	2024	2023	2024	2023
CEMIG				
IPCA	IPCA+3,1% a.a.	IPCA+3,1% a.a.	-	-
COPASA				
IPCA	IPCA+4,08% a	IPCA+4,08% a	2.612	4.155
	IPCA+5,05% a.a.	IPCA+5,05% a.a.	2.612	4.155
			<u>2.612</u>	<u>4.155</u>

As debêntures do BiotechTown, remuneradas à 100% do CDI e com vencimento em 20 anos, foram adquiridas com a estratégia de capitalização junto à investida. Foram reconhecidas por equivalência patrimonial perdas excedentes ao saldo contábil da participação no BiotechTown, no valor de R\$3.377 (vide nota 15). Em dezembro de 2024, provisão para perdas de créditos esperada relativa a essas debêntures alcançaram a quantia de R\$25.085. Abaixo destacamos a movimentação dos saldos da debênture do BiotechTown:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Total aplicado	19.065	17.815	19.065	17.815
Rendimentos	9.397	6.790	9.397	6.790
Perda equivalência	(3.377)	(3.377)	(3.377)	(3.377)
Perda impairment	(25.085)	(17.827)	(25.085)	(17.827)
	<u>-</u>	<u>3.401</u>	<u>-</u>	<u>3.401</u>

7 Bancos e aplicações de convênios

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Banco - Convênio Fhemig e Funed	-	19.179
Aplicação - Convênio Fhemig e Funed	17.316	-
	<u>17.316</u>	<u>19.179</u>
Circulante	17.316	9.805
Não circulante	-	9.374
	<u>17.316</u>	<u>19.179</u>

Em dezembro de 2023, foi recebido o valor de R\$20.000 referente ao convênio firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Companhia. Devido ao contrato firmado, o saldo possui utilização restrita ao objeto do Convênio (para mais informações, vide notas 13 e 22). Os recursos estão alocados em poupança com rentabilidade de TR+0,5% a.m. em caso de SELIC superior a 8,5% a.a., caso contrário, a rentabilidade é de TR+70% da SELIC.

8 Contas a receber

O saldo de contas a receber do Grupo corresponde substancialmente a parceria da Codemig com a CBMM no negócio de nióbio. Além disso, o Grupo possui também valores a receber decorrentes de arrendamentos, da venda de imóveis no curso normal das atividades e da venda de investimentos. Os saldos estão apresentados pelos valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Sociedade em Conta de Participação:</b>				
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (i)	-	-	416.760	198.102
<b>Outros contas a receber:</b>				
Arrendamentos e recebíveis operacionais (ii)	83.712	59.978	86.815	63.103
Contas a receber por venda de imóveis (iii)	18.896	45.345	18.896	45.345
Contas a receber por venda de investimentos (iv)	110.424	-	110.424	-
(-) Ajuste ao valor presente (iv)	(7.766)	-	(7.766)	-
Demais contas	535	279	535	279
	<u>205.801</u>	<u>105.602</u>	<u>625.664</u>	<u>306.829</u>
<b>Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa</b>	<u>(25.221)</u>	<u>(12.113)</u>	<u>(28.113)</u>	<u>(15.005)</u>
	<u>180.580</u>	<u>93.489</u>	<u>597.551</u>	<u>291.824</u>
<b>Circulante</b>	<u>91.092</u>	<u>68.609</u>	<u>508.063</u>	<u>266.944</u>
<b>Não circulante</b>	<u>89.488</u>	<u>24.880</u>	<u>89.488</u>	<u>24.880</u>
	<u>180.580</u>	<u>93.489</u>	<u>597.551</u>	<u>291.824</u>

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>A vencer</b>				
2024	-	68.447	-	266.782
2025	84.974	15.826	501.945	15.826
2026	24.322	8.518	24.322	8.518
2027	22.927	358	22.927	358
2028	22.091	123	22.091	123
2029	20.130	39	20.130	39
Após 2029	18	16	18	16
	<u>174.462</u>	<u>93.327</u>	<u>591.433</u>	<u>291.662</u>
<b>Vencidos:</b>				
Em até 30 dias	1.913	299	1.913	299
Entre 30 e 60 dias	1.913	151	1.913	151
Entre 60 e 90 dias	1.953	-	1.953	-
Entre 90 e 180 dias	5.790	-	5.790	-
Há mais de 180 dias	19.770	11.825	22.662	14.717
	<u>31.339</u>	<u>12.275</u>	<u>34.231</u>	<u>15.167</u>
	<u>205.801</u>	<u>105.602</u>	<u>625.664</u>	<u>306.829</u>

(i) Do montante apresentado no saldo de contas a receber, parte substancial do que está a vencer está relacionada à participação do Grupo na SCP com a CBMM, que não apresenta nenhum histórico de inadimplência ou perda.

(ii) Em dezembro de 2024 foi realizado o faturamento do royalty mínimo anual, referentes ao arrendamento da mina de fosfato em Araxá/MG no montante de R\$50.400, 1% maior que o exercício de 2023. Neste ano, houve também os faturamentos do Expominas BH e do Minascentro, perfazendo um montante a receber no valor de R\$21.780. Vide item (v) situação dos títulos vencidos e reconhecidos como perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa.

(iii) Em 2024 houve a quitação pelo SENAI do valor total a receber de R\$37.233, referente a venda do LabFabITR, alienado em 2023 e também houve a quitação pela FIEMG do valor total a receber de R\$13.475, referente a venda de um imóvel situado na Rua Aimorés em Belo Horizonte/MG, alienado também 2023. Ainda em 2024 houve a venda de um terreno localizado em Curvelo para o Consórcio Terreno Curvelo no valor de R\$8.247, parcelado em 24 (vinte e quatro) parcelas e de um terreno constituído no Distrito Industrial de Uberaba para a empresa Alpen S.A. no valor de R\$6.742 parcelado em 61 (sessenta e uma) parcelas.

(iv) Em agosto de 2024, houve a alienação da participação da Companhia na empresa Datora Participações e Serviços S.A., pelo valor total de R\$157.748. Deste valor, foram recebidos 30% à vista, correspondente ao valor de R\$47.325, e os 70% restantes, correspondente ao valor de R\$110.424, será recebido em cinco parcelas sucessivas, iguais e anuais, corrigidas pelo Índice Nacional de Preços Amplo (IPCA) mais 3% ao ano. O valor a receber foi reduzido por ajuste a valor presente no montante de R\$7.766, constituindo-se um saldo no valor de R\$102.658. Para maiores informações vide nota 15.

(v) A movimentação do saldo de perdas estimadas de contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<u>(12.113)</u>	<u>(12.358)</u>	<u>(15.005)</u>	<u>(15.583)</u>
Constituição	(15.269)	(2.168)	(15.321)	(2.270)
Baixa por perda definitiva	-	321	52	423
Reversão por recebimento do título	2.161	2.092	2.161	2.425
<b>Saldo final</b>	<u>(25.221)</u>	<u>(12.113)</u>	<u>(28.113)</u>	<u>(15.005)</u>

No 4º trimestre de 2024 foram reconhecidos o montante de R\$14.059 como como perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), referentes aos títulos a receber em atraso do arrendamento do Expominas BH. A dívida será discutida em câmara arbitral na tentativa de solucionar o conflito amigavelmente.

Na Codemig os títulos constituídos como PECLD, são referentes aos valores a receber do Instituto Cultural Filarmônica durante o período de setembro de 2020 a dezembro 2021. Estes mesmos títulos atualmente se encontram em processo de cobrança judicial. O contrato com o Instituto é de permissão de uso, indissociável ao Contrato mantido com a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, de forma não onerosa. Embora uma cessão não onerosa, este mesmo contrato determina que as despesas para manutenção da Sala Minas Gerais pagas pela Codemig devem ser reembolsadas pelo permissionário.

**9 Dividendos e JCP a receber**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Dividendos a receber Codemig	306.805	190.878	-	-
Dividendos a receber Comipa	-	-	2.051	4.016
Juros sobre capital próprio Codemig	-	2.601	-	-
Juros sobre capital próprio Datora	-	1.086	-	1.086
	<u>306.805</u>	<u>194.565</u>	<u>2.051</u>	<u>5.102</u>

**10 Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda	35.589	34.294	59.451	35.991
Contribuição social	1	12	1.667	12
Outros impostos e contribuições a recuperar	3	5	75	222
	<u>35.593</u>	<u>34.311</u>	<u>61.193</u>	<u>36.225</u>
<b>Circulante</b>	<u>22.845</u>	<u>11.672</u>	<u>48.374</u>	<u>13.165</u>
<b>Não circulante</b>	<u>12.748</u>	<u>22.639</u>	<u>12.819</u>	<u>23.060</u>
	<u>35.593</u>	<u>34.311</u>	<u>61.193</u>	<u>36.225</u>

O saldo corresponde principalmente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras do Grupo. Pelo fato de o Grupo apresentar prejuízos fiscais recorrentes, os valores são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação.

A segregação dos tributos a recuperar é realizada considerando a expectativa de utilização e/ou restituição. Os tributos que serão recuperados em períodos superiores a 12 meses são classificados a longo prazo.

Caso as empresas do Grupo identifiquem créditos tributários em montante superior àqueles que porventura possam ser compensados, são realizados pedidos de restituição junto aos órgãos competentes.

**11 Depósitos judiciais**

Os depósitos referem-se a valores depositados em juízo em razão da desapropriação de terrenos no entorno da Cidade Administrativa, bem como para garantir a liquidação de obrigações futuras inerentes a outros processos judiciais em andamento. Os valores são realizados a medida em que os processos judiciais transitam em julgado ou quando acordos são homologados judicialmente.

Em agosto de 2024, foi proferida decisão de resgate, no montante de R\$10.525, de um dos processos de desapropriação dos terrenos no entorno da Cidade Administrativa devido ao fato do Grupo desistir de desapropriar a área.

O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa	15.741	25.864
Demais depósitos	11.973	11.114
	<u>27.714</u>	<u>36.978</u>

Segue a movimentação dos depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora e consolidado			
	2023	Adições	Resgates	Atualização monetária
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa	25.864	-	(11.616)	1.493
Demais depósitos	11.114	231	(160)	788
	<u>36.978</u>	<u>231</u>	<u>(11.776)</u>	<u>2.281</u>

Segue a movimentação dos depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora e consolidado			
	2022	Adições	Resgates	Atualização monetária
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa	10.105	-	-	15.759
Demais depósitos	5.418	3.881	(668)	2.483
	<u>15.523</u>	<u>3.881</u>	<u>(668)</u>	<u>18.242</u>

**12 Estoque de imóveis a comercializar**

Representam estoque de distritos industriais e de terrenos que não serão destinados para uso próprio do Grupo na consecução de seu objetivo social e, conseqüentemente, estão disponíveis para venda. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Distritos industriais	4.285	9.800
Ribeirão das Neves	7.212	8.704
Sete Lagoas	1.713	1.713
Curvelo	-	616
	<u>13.210</u>	<u>20.833</u>
<b>Perda por redução ao valor recuperável</b>	<u>(2.316)</u>	<u>(2.348)</u>
	<u>10.894</u>	<u>18.485</u>

A política de perda por redução ao valor recuperável considera a intenção da Administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização dos estoques, registra-se uma perda no valor contábil do ativo. Somente há reversão da perda registrada quando realizada a alienação do ativo e seja verificado algum ganho.

Em julho de 2024, foi feita a doação de parte do Distrito Industrial de Uberaba III ao Município no valor de custo de R\$5.175 nos termos da Lei Estadual 20.020/2012. Ver nota 27.

Ainda em julho de 2024, houve a dação de parte do imóvel Fazenda Mato Grosso II em pagamento a débitos de IPTU em Ribeirão das Neves. O custo do imóvel baixado foi R\$1.492, vide nota 27. O valor da dívida paga foi de R\$4.681, vide nota 24 (i) (b).

**13 Partes relacionadas**

Os saldos e as transações do Grupo e da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:





Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
<b>Participação acionária direta</b>		
Bônus de subscrição DETECHTA		
Saldo inicial	385	500
Reversão/ Perda por impairment	115	(115)
Alienação	(500)	-
	-	385
<b>Participação em fundos de investimento</b>		
FIP AEROTEC		
Saldo inicial	146.953	158.710
Aquisição de cotas	182	645
Amortização de cotas	(55.272)	-
Desvalorização de cotas	(1.787)	(12.402)
	90.076	146.953
FIP SEED4SCIENCE		
Saldo inicial	1.604	954
Aquisição de cotas	523	585
Amortização de cotas	(77)	-
Valorização de cotas	123	65
	2.173	1.604
FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA		
Saldo inicial	51.577	58.396
Aquisição de cotas	1.278	426
Valorização/ Desvalorização de cotas	11.308	(7.245)
	64.163	51.577
<b>Total</b>	<b>156.412</b>	<b>200.519</b>

15 Participações societárias em controladas e coligadas

O Grupo possui investimentos em controladas e coligadas visando o desenvolvimento diversificado do Estado de Minas Gerais. Naqueles investimentos em que possui influência significativa, o Grupo formalizou acordos de acionistas e outros documentos pertinentes visando a proteção de seus direitos enquanto acionista minoritário, não integrante de bloco de controle.

Natureza e extensão das participações relevantes em controladas e coligadas do Grupo em 31 de dezembro de 2024:

Controladas (a) e coligadas (b)	Sede	Quantidade de ações / quotas		% participação no capital social		Natureza do Investimento
		Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	
<b>Controladora</b>						
CODEMIG	(a) Belo Horizonte	92.022	92.021	51,00%	51,00%	Empresa detentora dos direitos minerários do nióbio e sócia da SCP em conjunto com a CBMM.
BiotechTown	(b) Nova Lima	4.900.000	-	49,49%	49,49%	Aquisição primária de ações para desenvolvimento e aceleração de empresas em biotecnologia.
SPE Palácio das Mangabeiras	(b) Belo Horizonte	111.783.406	-	49,53%	49,53%	Sociedade de Propósito Específico para realização de eventos culturais no Palácio das Mangabeiras
<b>Consolidado</b>						
COMIPA (i)	(b) Araxá	187.272.000	20.787.600	50,99%	48,26%	Aquisição primária de ações para exploração mineral de nióbio.

Além dessas participações societárias, o Grupo, na qualidade de sócio participante, possui participação de 55% no lucro e 74,9% no patrimônio afetado de uma SCP que objetiva o envasamento e comercialização das águas minerais de Caxambu e Cambuquira. Por uma SCP não ser uma sociedade de fato, suas informações não estão descritas no quadro acima. Conforme as definições do Estatuto Social da SCP e ainda em conformidade com o CPC 36 (R3), o controle é exercido pelo sócio ostensivo, uma vez que o mesmo possui os direitos que lhe dão a capacidade de dirigir as atividades relevantes e pratica em nome próprio a atividade da SCP e inclusive aparecendo perante terceiros.

(i) A Codemig possui investimento na Comipa, com a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações, de classes diferentes, integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa dos poderes concedidos a cada classe de ação, o Grupo entende que as sócias não detêm poder de controle individual sobre a investida. Em conformidade com as definições do CPC 19 - Negócios em Conjunto, os recursos aplicados na entidade controlada em conjunto são reconhecidos em suas demonstrações contábeis como investimento.

Composição dos saldos dos investimentos:

Investimentos	Controladora			
	2024		2023	
	Valor patrimonial do investimento	Perda por impairment	Total	Total
CODEMIG	315.587	-	315.587	330.827
Datora Participações (i)	-	-	-	61.072
Biotech Town (ii)	-	-	-	-
SCP Água Mineral (iii)	342	(342)	-	827
SPE Palácio das Mangabeiras (iv)	539	-	539	238
Outros investimentos (v)	1.586	-	1.586	1.589
	318.054	(342)	317.712	394.553
<b>Consolidado</b>				
	2024		2023	
Investimentos	Valor patrimonial do investimento	Perda por impairment	Total	Total
Datora Participações (i)	-	-	-	61.072
Biotech Town (ii)	-	-	-	-
COMIPA	268	-	268	268
SCP Água Mineral (iii)	342	(342)	-	827
SPE Palácio das Mangabeiras (iv)	539	-	539	238
Outros investimentos (v)	1.586	-	1.586	1.589
	2.735	(342)	2.393	63.994

(i) Em agosto de 2024, a Codemig alienou sua participação na empresa Datora Participações. Vide maiores detalhes da operação conforme explicações no decorrer desta nota explicativa.

(ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência do BiotechTown as informações financeiras de 31 de outubro de 2024. Considerar essa informação em toda nota 15.

(iii) Em virtude do histórico de prejuízos da coligada e da expectativa de prejuízo a longo prazo da SCP Água Mineral, foi registrado a perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*) do investimento em dezembro de 2024. A Companhia está atualmente em processo de negociação para a formalização de um distrato amigável com a SCP Água Mineral e não há previsão de novos aportes até a sua conclusão e nem liquidação de nenhum passivo da SCP, tendo em vista que é responsabilidade do sócio ostensivo. Foram utilizadas como base de cálculo do valor do investimento as últimas informações financeiras, recebidas em 30 de setembro de 2024. Considerar essa informação em toda nota 15.

(iv) A partir de dezembro de 2024, a participação na SPE Palácio das Mangabeiras, passou a ser avaliada pelo método de equivalência patrimonial em virtude de alteração no percentual de participação da Companhia para 49,53% e exercício de influência significativa no investimento. Foram utilizadas as informações financeiras de 30 de novembro de 2024. Considerar essa informação em toda nota 15.

(v) Outros investimentos são compostos por participações minoritárias avaliadas pelo custo na Cemig, Santander, obras de arte e ainda participações em consórcios de exploração de gás.

Alienação da participação na Helicópteros Brasil S.A. - Helibrás

Em dezembro de 2022, diante da viabilidade econômica e jurídica, a diretoria executiva aprovou a alienação da participação da Companhia na Helibrás. Conforme cláusula prevista no Acordo de Acionistas da Helibrás, os sócios manifestaram interesse em exercer o Direito de Preferência na compra dessa participação, dispensando de forma expressa, via contrato, a submissão da operação ao CADE. Diante disso, em fevereiro de 2023, a Companhia efetivou a alienação de sua participação na Helibrás pelo valor de R\$ 95.000, perfazendo uma receita de ganho de capital de R\$ 72.888. Vide nota 31 (iii).

Alienação da participação na Indústria de Aviação e Serviços S.A. - IAS

Em dezembro de 2022, diante da viabilidade econômica e jurídica, a diretoria executiva aprovou a alienação da participação da Companhia na IAS. Conforme cláusula prevista no Acordo de Acionistas da IAS, os sócios manifestaram interesse em exercer o Direito de Preferência na compra dessa participação, dispensando de forma expressa, via contrato, a submissão da operação ao CADE. Diante disso, em fevereiro de 2023, a Companhia efetivou a alienação de sua participação na IAS pelo valor de R\$ 10.700, perfazendo uma receita de ganho de capital de R\$ 487. Vide nota 31 (iii).

Alienação da participação na Datora Participações e Serviços S.A. - Datora

Em julho de 2024, diante da viabilidade econômica e jurídica, o Conselho de Administração da Codemig aprovou a alienação da participação da Companhia na Datora Participações e Serviços S.A. Conforme cláusula prevista no Acordo de Acionistas da Datora, os sócios manifestaram interesse em exercer o Direito de Preferência na compra dessa participação, dispensando de forma expressa, via contrato, a submissão da operação ao CADE e a ANATEL. Diante disso, em agosto de 2024, a Companhia efetivou a alienação de sua participação na Datora pelo valor de R\$ 157.748, perfazendo uma receita de ganho de capital de R\$ 85.156 descontado a valor presente. Vide nota 31 (iii).

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Investidas	Controladora						
	2023	Aquisição/ Resultado de (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de Provisão para perdas de dividendos	2024
CODEMIG	330.827	-	883.500	-	-	(898.740)	315.587
Datora Participações	61.072	(64.045)	5.263	-	638	(2.928)	-
Biotech Town (i)	-	-	-	-	-	-	-
SCP Água Mineral	827	-	(485)	-	-	(342)	-
SPE Palácio das Mangabeiras	238	679	(378)	-	-	-	539
Outros investimentos	1.589	20	(23)	-	-	-	1.586
	394.553	(63.346)	887.877	-	638	(342)	317.712

Investidas	Consolidado						
	2023	Aquisição/ Resultado de (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de Provisão para perdas de dividendos	2024
Datora Participações	61.072	(64.045)	5.263	-	638	(2.928)	-
Biotech Town (i)	-	-	-	-	-	-	-
COMIPA	268	-	916	-	-	(916)	268
SCP Água Mineral	827	-	(485)	-	-	(342)	-
SPE Palácio das Mangabeiras	238	679	(378)	-	-	-	539
Outros investimentos	1.589	20	(23)	-	-	-	1.586
	63.994	(63.346)	5.293	-	638	(342)	2.393

(i) Foram reconhecidas por equivalência patrimonial perdas excedentes ao saldo contábil da participação no Biotech Town, no valor de R\$3.377, de forma a reduzir o saldo de debêntures sem garantia emitidas pela investida. Em dezembro de 2022, foi registrada provisão para perdas de créditos esperadas relativa à essas debêntures no valor do seu saldo. Desta forma, a contabilização destes excedentes ao valor contábil foi interrompida. Vide nota 6 (iv).



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Investidas	2022	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	2023	Consolidado												
								Terrenos	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento (ii)	Outros imobilizados	Total							
Controladora																				
Em 31 de dezembro de 2022																				
Custo								490.862	734.011	91.866	79.589	23	1.396.351							
Depreciação acumulada (Impairment)								(270.261)	(155.051)	(55.693)	(17.896)	-	(210.744)							
<b>Saldo contábil, líquido</b>								<b>220.601</b>	<b>353.425</b>	<b>27.017</b>	<b>61.693</b>	<b>23</b>	<b>662.759</b>							
Aquisições								-	-	2.189	1.379	-	3.568							
Baixas								(4.044)	(36.429)	(27.161)	(22.521)	-	(90.155)							
Transferências								-	3.228	6.765	(9.993)	-	-							
Depreciação - adições								-	(5.965)	(3.858)	-	-	(9.823)							
Depreciação - baixas (Impairment) reversão								-	3.137	8.665	-	-	11.802							
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>								<b>220.223</b>	<b>331.507</b>	<b>18.925</b>	<b>48.454</b>	<b>23</b>	<b>619.132</b>							
Custo								486.818	700.810	73.659	48.454	23	1.309.764							
Depreciação acumulada (Impairment)								(266.595)	(157.879)	(50.886)	-	-	(208.765)							
<b>Saldo contábil, líquido</b>								<b>220.223</b>	<b>331.507</b>	<b>18.925</b>	<b>48.454</b>	<b>23</b>	<b>619.132</b>							
Aquisições								-	3.724	490	-	1.255	5.469							
Baixas (i)								(6.882)	(28.225)	(978)	-	-	(36.085)							
Transferências								35.359	-	-	(35.359)	-	-							
Depreciação - adições								-	(5.252)	(3.059)	-	-	(8.311)							
Depreciação - baixas (Impairment) reversão								(13.192)	54.877	-	-	-	41.685							
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>								<b>235.508</b>	<b>362.758</b>	<b>16.199</b>	<b>13.095</b>	<b>1.278</b>	<b>628.838</b>							
Custo								515.295	676.309	73.171	13.095	1.278	1.279.148							
Depreciação acumulada (Impairment)								(279.787)	(156.547)	(3.848)	-	-	(440.182)							
<b>Saldo contábil, líquido</b>								<b>235.508</b>	<b>362.758</b>	<b>16.199</b>	<b>13.095</b>	<b>1.278</b>	<b>628.838</b>							

Informações financeiras da carteira de investimentos em controladas e coligadas consideradas para 31 de dezembro de 2024:

(a) Informações patrimoniais sobre controladas e coligadas

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
<b>Controladas</b>					
CODEMIG	1.931.873	764.087	1.234.897	842.273	618.790
<b>Coligadas</b>					
Biotech Town	1.096	11.641	54	27.614	(14.931)
COMIPA	20.887	10.873	17.730	13.504	526
SCP Água Mineral	3.923	12.224	4.848	10.843	456
SPE Palácio das Mangabeiras	1.054	354	129	192	1.087

(b) Informações de resultado do exercício sob análise

	Receita bruta	Lucros e prejuízos do exercício	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
<b>Controladas</b>				
CODEMIG	1.691.078	1.732.350	-	1.732.350
<b>Coligadas</b>				
Biotech Town	641	(1.517)	-	(1.517)
COMIPA	107.376	1.797	-	1.797
SCP Água Mineral	1.803	(163)	-	(163)
SPE Palácio das Mangabeiras	356	8	-	8

16 Imobilizado

O imobilizado do Grupo apresentou a seguinte movimentação:

Investidas	2022	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento (ii)	Outros imobilizados	Total	Controladora													
							Terrenos	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento (ii)	Outros imobilizados	Total								
Em 31 de dezembro de 2022																				
Custo							151.071	477.224	69.210	79.589	23	777.117								
Depreciação acumulada (Impairment)							(51.571)	(138.298)	(44.769)	-	-	(183.067)								
<b>Saldo contábil, líquido</b>							<b>99.500</b>	<b>242.022</b>	<b>15.285</b>	<b>61.693</b>	<b>23</b>	<b>418.523</b>								
Aquisições							-	-	2.189	1.379	-	3.568								
Baixas							(4.044)	(36.429)	(27.161)	(22.521)	-	(90.155)								
Transferências							-	3.228	6.765	(9.993)	-	-								
Depreciação - adições							-	(4.527)	(2.301)	-	-	(6.828)								
Depreciação - baixas (Impairment) reversão							1.366	14.111	5.308	17.896	-	38.681								
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>							<b>96.822</b>	<b>221.542</b>	<b>8.750</b>	<b>48.454</b>	<b>23</b>	<b>375.591</b>								
Custo							147.027	444.023	51.003	48.454	23	690.530								
Depreciação acumulada (Impairment)							(50.205)	(139.688)	(38.405)	-	-	(178.093)								
<b>Saldo contábil, líquido</b>							<b>96.822</b>	<b>221.542</b>	<b>8.750</b>	<b>48.454</b>	<b>23</b>	<b>375.591</b>								
Aquisições							-	3.724	490	-	1.255	5.469								
Baixas (i)							(6.882)	(28.225)	(978)	-	-	(36.085)								
Transferências							35.359	-	-	(35.359)	-	-								
Depreciação - adições							-	(3.813)	(1.502)	-	-	(5.315)								
Depreciação - baixas (Impairment) reversão							-	6.127	821	-	-	6.948								
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>							<b>125.299</b>	<b>212.541</b>	<b>7.581</b>	<b>13.095</b>	<b>1.278</b>	<b>359.794</b>								
Custo							175.504	419.522	50.515	13.095	1.278	659.914								
Depreciação acumulada (Impairment)							(50.205)	(137.374)	(39.086)	-	-	(176.460)								
<b>Saldo contábil, líquido</b>							<b>125.299</b>	<b>212.541</b>	<b>7.581</b>	<b>13.095</b>	<b>1.278</b>	<b>359.794</b>								

A existência destes ativos é condizente com o objeto social da Companhia, que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

(i) Em abril de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Codemge deliberou pela redução de capital social, nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76. Como forma de remuneração a título de devolução da participação do EMG no capital social da Companhia, a proposta aprovada determinou pela transferência dos ativos Edifício Sede composto por terreno e edifício comercial situado à Rua Manaus, 467, Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG, Lote anexo composto por terreno situado à Rua Manaus, 483, Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG, e 205 (duzentos e cinco) itens dentre equipamentos e mobiliários componentes do Edifício Sede, avaliados conjuntamente em R\$27.551. Vide nota 25.

(ii) O imobilizado em andamento é composto por aqueles ativos que ainda não estão disponíveis para uso. O valor em 31 de dezembro de 2024 é composto por R\$13.095 de desapropriações que ainda estão em andamento referentes à Cidade Administrativa ("CAEMG"). Em setembro de 2024, foram transferidos para a rubrica de terrenos o valor de R\$35.359, referente ao registro das desapropriações.

Imóveis em garantia

O valor de todos os bens do imobilizado cedidos em garantia, em processo de execução fiscal, na Companhia é de R\$4.742 em 31 de dezembro de 2024 (R\$4.743 em 31 de dezembro de 2023).

Impairment de ativos

Investidas	2022	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento (ii)	Outros imobilizados	Total	Controladora													
							Terrenos	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento (ii)	Outros imobilizados	Total								
Em 31 de dezembro de 2022																				
Terrenos																				
Bonsucesso (i)							(10.911)	-	-	-	-	(10.911)								
CCPIF (ii)							-	-	-	-	-	-								
Olhos D'Água (iii)							-	-	-	-	-	-								
CAEMG (iv)							(39.294)	-	-	-	-	(39.294)								
<b>Prédios e benfeitorias</b>							<b>(50.205)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(50.205)</b>								
CCPIF (ii)							-	-	-	-	-	-								
P7 Bemge (v)							(40.838)	-	-	-	-	(40.838)								
Expominas SJDR (vi)							(41.955)	-	13.186	-	-	(28.769)								
<b>Equipamentos operacionais</b>							<b>(82.793)</b>	<b>-</b>	<b>13.186</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(69.607)</b>								
P7 Bemge (v)							(3.848)	-	-	-	-	(3.848)								
<b>TOTAL</b>							<b>(136.846)</b>	<b>-</b>	<b>13.186</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(123.660)</b>								
Em 31 de dezembro de 2023																				
Terrenos																				
Bonsucesso (i)							(10.911)	-	-	-	-	(10.911)								
CCPIF (ii)							(93.290)	(14.592)	-	-	-	(107.882)								
Olhos D'Água (iii)							(123.100)	-	1.400	-	-	(121.700)								
CAEMG (iv)							(39.294)	-	-	-	-	(39.294)								
<b>Prédios e benfeitorias</b>							<b>(266.595)</b>	<b>(14.592)</b>	<b>1.400</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(279.787)</b>								
CCPIF (ii)							(128.631)	-	41.691	-	-	(86.940)								
P7 Bemge (v)							(40.838)	-	-	-	-	(40.838)								
Expominas SJDR (vi)							(41.955)	-	13.186	-	-	(28.769)								
<b>Equipamentos operacionais</b>							<b>(211.424)</b>	<b>-</b>	<b>54.877</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(156.547)</b>								
P7 Bemge (v)							(3.848)	-	-	-	-	(3.848)								
<b>TOTAL</b>							<b>(481.867)</b>	<b>(14.592)</b>	<b>56.277</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(440.182)</b>								



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) *Terreno Bonsucesso*

Refere-se ao terreno localizado no bairro Bonsucesso, em Belo Horizonte MG, cujo custo é R\$14.111. Em 2023 foi elaborado laudo de avaliação de mercado para o imóvel, junto à empresa especializada, em que o valor de mercado era de R\$3.200.

O valor da perda por redução ao valor recuperável até 31 de dezembro de 2024 é de R\$10.911 (R\$10.911 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) *Centro Cultural Presidente Itamar Franco (CCPIF)*

Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foi realizada a contratação de empresa especializada para a realização da avaliação do terreno. A avaliação por meio do método comparativo direto de dados de mercado resultou em uma perda adicional por impairment no valor de R\$194.822, sendo R\$ 107.882 de Terrenos e R\$ 86.940 de Prédios e benfeitorias (R\$ 221.921 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) *Terreno do Bairro Olhos D'Água*

Em 2019, foi elaborado laudo de avaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma perda de R\$1.435. Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foram contratadas duas empresas especializadas para a realização da avaliação do terreno. A avaliação por meio do método comparativo direto de dados de mercado resultou em uma perda adicional por impairment no valor de R\$123.965. Em 2023, foi elaborado laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda de R\$2.300. Em 2024, foi elaborado laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda de R\$1.400.

O valor da perda por redução ao valor recuperável total deste terreno registrado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 121.700 (R\$ 123.100 em 31 de dezembro de 2023).

(iv) *Cidade Administrativa (CAEMG)*

Refere-se à área desapropriada para construção de túnel e via de acesso à Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais. Em 2019 foi provisionado o montante de R\$39.294 para perda por redução ao valor recuperável, devido ao interesse da Administração em doá-lo ao Estado de Minas Gerais.

(v) *P7 Bemge*

Em 31 de dezembro de 2019, ao se avaliar o valor em uso das benfeitorias realizadas no antigo prédio do Bemge, não foi possível verificar o seu valor recuperável devido às mudanças de planejamento estratégico. O valor da perda por redução ao valor recuperável registrada até 31 de dezembro de 2024 é de R\$44.686 (R\$44.686 em 31 de dezembro de 2023). O edifício está localizado na Praça Sete em Belo Horizonte, é de propriedade da Fundação João Pinheiro, está cedido à Codemge, que por sua vez subcedeu à Associação P7 Criativo para execução do projeto de mesmo nome, P7 Criativo.

(vi) *Expominas São João Del Rei ("SJDR")*

A Administração do Grupo decidiu pela descontinuidade de quaisquer investimentos para finalização do imóvel que seria destinado a ser o Expominas São João Del Rei. Tal decisão finalizava qualquer hipótese de concretização do negócio então realizado entre a Prefeitura do município de São João Del Rei, em que o município doou o terreno à Codemge – à época Codemig – com a contrapartida da construção de um centro de convenções para a cidade. Considerando o inadimplemento pela Codemge da sua parte no contrato firmado, o município requereu judicialmente a reversão do imóvel para si. Sendo assim, a Administração não esperava que tal imóvel tivesse mais nenhum benefício econômico para o Grupo, e em 2021 registrou o valor da perda por redução ao valor recuperável no valor total do imóvel.

No entanto, em dezembro de 2022, foi realizado um acordo judicial que consistiu em pagamento ao município de R\$9.000. Em contrapartida, a Companhia adquiriu a propriedade do imóvel, com todas as benfeitorias e acessões, de forma definitiva e isenta de quaisquer ônus ou ressalvas. Ademais, a Companhia obteve a liberação, de forma expressa, para dar ao imóvel, a seu exclusivo critério de oportunidade e conveniência, a destinação econômica que seja aderente ao seu objeto social, podendo, inclusive, aliená-lo. Sendo assim, com base na avaliação do imóvel realizada em 2021, foram revertidos R\$37.524 da provisão para perda do valor recuperável, em dezembro de 2022. Em setembro de 2024, foi feita uma reversão complementar de R\$13.186 em função de nova avaliação do imóvel. O valor do impairment registrado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$28.769 (R\$41.955 em 31 de dezembro de 2023).

**17 Intangível**

O intangível do Grupo apresentou a seguinte movimentação:

	<b>Controladora</b>						
	<b>Custos de desenvolvimento (i)</b>	<b>Direitos contratuais</b>	<b>Marcas e patentes</b>	<b>Softwares</b>	<b>Descomissionamento de mina</b>	<b>Direitos de lavra e jazidas (ii)</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>							
Custo	39.326	2.207	264	2.159	-	12.239	56.195
Amortização acumulada	-	(3)	-	(2.081)	-	(14)	(2.098)
Impairment	(20.119)	-	(7)	-	-	(12.029)	(32.155)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>19.207</b>	<b>2.204</b>	<b>257</b>	<b>78</b>	<b>-</b>	<b>196</b>	<b>21.942</b>
Aquisições	-	-	-	30	-	-	30
Baixas	-	-	(7)	(7)	-	-	(14)
Amortização - adições	-	-	-	(55)	-	(1)	(56)
Amortização - baixa	-	-	-	1	-	-	1
Impairment	(19.207)	-	7	-	-	-	(19.200)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>2.204</b>	<b>257</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>195</b>	<b>2.703</b>
Custo	39.326	2.207	257	2.182	-	12.239	56.211
Amortização acumulada	-	(3)	-	(2.135)	-	(15)	(2.153)
Impairment	(39.326)	-	-	-	-	(12.029)	(51.355)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>-</b>	<b>2.204</b>	<b>257</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>195</b>	<b>2.703</b>
Aquisições	-	-	-	1.867	-	-	1.867
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização - adições	-	-	-	(131)	-	-	(131)
Amortização - baixa	-	-	-	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>2.204</b>	<b>257</b>	<b>1.783</b>	<b>-</b>	<b>195</b>	<b>4.439</b>
Custo	39.326	2.207	257	4.049	-	12.239	58.078
Amortização acumulada	-	(3)	-	(2.266)	-	(15)	(2.284)
Impairment	(39.326)	-	-	-	-	(12.029)	(51.355)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>-</b>	<b>2.204</b>	<b>257</b>	<b>1.783</b>	<b>-</b>	<b>195</b>	<b>4.439</b>

**Consolidado**

	<b>Custos de desenvolvimento (i)</b>	<b>Direitos contratuais</b>	<b>Marcas e patentes</b>	<b>Softwares</b>	<b>Descomissionamento de mina</b>	<b>Direitos de lavra e jazidas (ii)</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>							
Custo	39.326	2.208	271	2.159	-	12.251	56.215
Amortização acumulada	-	(3)	-	(2.081)	-	(16)	(2.100)
Impairment	(20.119)	-	(7)	-	-	(12.029)	(32.155)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>19.207</b>	<b>2.205</b>	<b>264</b>	<b>78</b>	<b>-</b>	<b>206</b>	<b>21.960</b>
Aquisições	-	-	-	30	-	-	30
Baixas	-	-	(7)	(7)	-	-	(14)
Amortização - adições	-	-	-	(55)	-	(1)	(56)
Amortização - baixa	-	-	-	1	-	-	1
Impairment	(19.207)	-	7	-	-	-	(19.200)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>2.205</b>	<b>264</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>205</b>	<b>2.721</b>
Custo	39.326	2.208	264	2.182	-	12.251	56.231
Amortização acumulada	-	(3)	-	(2.135)	-	(17)	(2.155)
Impairment	(39.326)	-	-	-	-	(12.029)	(51.355)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>-</b>	<b>2.205</b>	<b>264</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>205</b>	<b>2.721</b>
Aquisições	-	-	-	1.867	292	-	2.159
Baixas	-	-	-	-	(18)	-	(18)
Depreciação - adições	-	-	-	(131)	(3)	-	(134)
Depreciação - baixas	-	-	-	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>2.205</b>	<b>264</b>	<b>1.783</b>	<b>271</b>	<b>205</b>	<b>4.728</b>
Custo	39.326	2.208	264	4.049	274	12.251	58.372
Depreciação acumulada	-	(3)	-	(2.266)	(3)	(17)	(2.289)
Impairment	(39.326)	-	-	-	-	(12.029)	(51.355)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>-</b>	<b>2.205</b>	<b>264</b>	<b>1.783</b>	<b>271</b>	<b>205</b>	<b>4.728</b>

**(i) Custo de desenvolvimento**

**MGgrafeno**

A Companhia atuou no projeto para pesquisa e desenvolvimento de grafeno, por meio de Acordo de Parceria com a UFMG e CDTN. No entanto, em junho de 2023, conforme novas diretrizes da Companhia, foi assinado o distrato de tal Acordo.

Em função do Acordo de Parceria, a Codemge havia investido no MGgrafeno, antes do distrato, o valor de R\$39.326 até 31 de dezembro de 2024 (R\$39.326 em 31 de dezembro de 2023).

No distrato foi estipulado que a Codemge transfere à UFMG e CDTN, sem qualquer devolução de valor, a propriedade de todos os equipamentos, bem como o direito de propriedade intelectual das tecnologias gerados no âmbito do projeto.

**Impairment de Custos de Desenvolvimento**

Apesar do distrato supracitado estabelecer que a Companhia irá participar em 49,12% de qualquer ganho econômico decorrente de eventual exploração econômica das tecnologias geradas pelo MGgrafeno, não é possível que a Companhia tenha certeza sobre o fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso dessas tecnologias. Diante disso, em junho de 2023, foi realizado o impairment da totalidade do ativo.

O saldo total provisionado para perdas com valor recuperável dos custos com desenvolvimento em 31 de dezembro de 2024 é de R\$39.326 (R\$39.326 em 31 de dezembro de 2023).

**(ii) Direitos de lavras e jazidas**

O saldo total provisionado para perdas com valor recuperável dos direitos de lavras e jazidas em 31 de dezembro de 2024 é de R\$12.029 (R\$12.029 em 31 de dezembro de 2023). O valor refere-se em sua maioria aos direitos de exploração de água mineral localizados em parques, balneários e termas que não são explorados ou não possuem lucratividade na sua exploração.

**18 Contas a pagar**

O Grupo, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pelo Grupo como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM quando da exigibilidade dos débitos. Ademais, uma menor parte são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
IRPJ / CSLL SCP (i)	-	-	631.706	630.291
Fornecedores nacionais	3.576	4.843	3.577	4.911
Outros	3	3	3	3
	<b>3.579</b>	<b>4.846</b>	<b>635.286</b>	<b>635.205</b>

(i)Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre sempre em janeiro do exercício subsequente, quando ocorre a apuração do lucro real da SCP e sua quitação junto à Fazenda Federal pela CBMM.



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tributos retidos de terceiros	368	418	386	680
Tributos retidos sobre salários	2.077	2.548	2.077	2.548
PIS e COFINS	5.382	6.053	6.285	6.911
Imposto sobre mercadorias e serviços	61	90	68	103
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	2.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.691	8.454	11.691	8.454
	<u>19.579</u>	<u>17.563</u>	<u>20.507</u>	<u>21.482</u>
Circulante	7.888	9.109	8.816	13.028
Não circulante	11.691	8.454	11.691	8.454
	<u>19.579</u>	<u>17.563</u>	<u>20.507</u>	<u>21.482</u>

O imposto de renda e contribuição social diferidos advêm do reconhecimento de ganho patrimonial líquido dos instrumentos financeiros classificados pelo VJORA, conforme notas 4, 14 e 25 (f). A variação patrimonial positiva, portanto, não afeta nem o resultado contábil ou resultado fiscal e é reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, gerando assim uma diferença temporária tributável, e por consequência um passivo fiscal diferido.

20 Dividendos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Dividendos a pagar ao Estado de Minas Gerais	170.789	192.108	465.561	375.501
Juros sobre capital próprio a pagar ao Estado de Minas Gerais	44.999	10.000	44.999	12.940
Dividendos a pagar à MGI	2	2	2	2
Juros sobre capital próprio a pagar à MGI	1	-	1	-
	<u>215.791</u>	<u>202.110</u>	<u>510.563</u>	<u>388.443</u>

21 Salários e encargos sociais

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Férias e 13º salário	10.537	9.514
Participação nos lucros e resultados (PLR)	4.776	3.972
INSS	4.101	4.530
FGTS	1.372	1.477
Outros	406	424
	<u>21.192</u>	<u>19.917</u>

22 Adiantamento de convênios

Trata-se de convênio de saída firmado em 31 de outubro de 2023 entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais ("FHEMIG"), e a Companhia, com interveniência da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade ("SEINFRA") e da Fundação Ezequiel Dias ("FUNED").

Constitui objeto do convênio a conjugação de esforços, com atuação harmônica e sem intuito lucrativo, para a realização de estruturação, modelagem e posterior apoio à licitação do projeto de Parceria Público Privada ("PPP") de um novo Complexo de Saúde do Estado de Minas Gerais. Por meio da estruturação da referida PPP, a futura concessionária vencedora da licitação será responsável pela construção do Complexo de Saúde do Estado de Minas Gerais.

Para execução do objeto foram alocados recursos pela concedente oriundo do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais no valor de R\$20.000. Os repasses foram realizados em dezembro de 2023, sendo R\$16.000 pela concedente FHEMIG e R\$4.000 pelo interveniente FUNED.

Os recursos enviados pela concedente serão utilizados para pagamento dos estudos a serem realizados pela *International Finance Corporation* ("IFC"), dentre outras despesas necessárias ao cumprimento do objeto do convênio. A IFC é uma instituição com experiência nas áreas de estruturação e modelagem de projetos de concessões e parcerias público-privadas em vários setores, incluindo o setor de saúde.

Até 31 de dezembro de 2024, já haviam sido repassados R\$3.935 à contratada IFC pela entrega de parte dos estudos. O recurso recebido pela Companhia está aplicado em conta bancária específica do convênio e será prestado contas dele, conforme estipulado nos termos do convênio

	Controladora e consolidado			
	Recebido	Repassado	Rendimento financeiro	A repassar
FHEMIG e FUNED	20.000	(3.935)	1.251	17.316
	<u>20.000</u>	<u>(3.935)</u>	<u>1.251</u>	<u>17.316</u>

Abertura por ano de desembolso esperado pelo Grupo, conforme cronograma previsto de entregas dos estudos.

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Por ano de desembolso		
2024	-	9.805
2025	17.316	9.374
	<u>17.316</u>	<u>19.179</u>

23 Adiantamentos e cauções recebidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento de receitas SCP (i)	-	-	704.244	583.988
Adiantamento de clientes e cauções recebidas (ii)	1.665	838	1.665	838
Valores a ressarcir a SCP (iii)	-	-	91.703	(36.354)
	<u>1.665</u>	<u>838</u>	<u>797.612</u>	<u>548.472</u>
Circulante	1.665	838	1.665	22.760
Não circulante	-	-	795.947	525.712
	<u>1.665</u>	<u>838</u>	<u>797.612</u>	<u>548.472</u>

(i) A Codemig, através de sua participação na SCP, em conjunto com a CBMM, pode concordar em receber adiantamentos de seus lucros, atrelados à realização de operações de pré-pagamento de exportação e antecipações de contrato de exportação ("ACE") da SCP. Dos adiantamentos em aberto, R\$ 24.757 foram recebidos em 2015, R\$ 48.017 em 2018, R\$ 67.284 em 2019, R\$407.952 em 2022 e R\$156.234 em 2024 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2027 e 2031. Os adiantamentos são realizados em reais – moeda da Escritura Pública – e são cobrados quando a SCP vincula o título de exportação, na moeda da operação, aos cambiais antecipados. Sua cobrança é por meio de redução na distribuição dos resultados da SCP e ocorre pelo valor nominal adiantado, em reais e sem qualquer ajuste ou efeito de carregamento.

(ii) Os adiantamentos de clientes e cauções recebidos decorrem do registro de depósitos em garantias dos contratos de prestação de serviço e valores recebidos antecipadamente sob a forma de sinal, relativos aos contratos de compra e venda de estoque de imóveis a comercializar e contratos de locação dos auditórios dos quais o Grupo é proprietário e gestor. A medida em que os imóveis são transferidos e que os eventos são realizados, as receitas são reconhecidas no resultado e os saldos de adiantamento são baixados.

(iii) Saldos de variação cambial reconhecidos por competência e derivados de sua participação em operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP.

Abertura dos adiantamentos de recebíveis e cauções por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Por ano de vencimento				
2024	-	838	-	26.600
2025	1.665	-	1.665	36.686
2026	-	-	-	69.249
2027	-	-	272.434	341.683
2028	-	-	56.335	71.585
2029	-	-	137.475	39.023
2030	-	-	127.656	-
2031	-	-	110.344	-
	<u>1.665</u>	<u>838</u>	<u>705.909</u>	<u>584.826</u>

24 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Provisões para contingências (i)</b>				
Contingências cíveis (a)	4.651	3.909	44.755	42.162
Contingências tributárias (b)	2.087	6.580	8.202	12.589
Contingências administrativas	1.372	991	1.372	991
Contingências trabalhistas	232	206	232	206
Contingências ambientais	2.056	1.923	2.056	1.923
Outras contingências	-	1.335	-	1.335
	<u>10.398</u>	<u>14.944</u>	<u>56.617</u>	<u>59.206</u>
<b>Provisão para descomissionamento (ii)</b>				
Descomissionamento de mina	-	-	30.613	-
(-) Ajuste ao valor presente	-	-	(30.548)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>65</u>	<u>-</u>
	<u>10.398</u>	<u>14.944</u>	<u>56.682</u>	<u>59.206</u>

(i) Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a) Do saldo total consolidado, R\$40.104 (R\$38.253 em 31 de dezembro de 2023) decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da maior parte da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identifica quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Em junho de 2023, foi determinado pelo juízo o pagamento dos valores das ações ao ex-acionista Solaris Company Ltda com correção. A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba ("Codevasf"), que também é parte no processo, apresentou recurso especial pendente de julgamento pelo STJ. A Companhia aguarda ainda o trânsito em julgado da decisão para sua confirmação ou revisão, visando eventual depósito em juízo e baixa da provisão.

b) Refere-se à provisão de tributos envolvendo os ativos do Grupo. Em razão de impedimentos regulamentares, o Grupo não consegue liquidá-los e, portanto, decidiu por provisionar tais tributos antes mesmo de ser cobrado pelas autoridades fiscais.

Em fevereiro de 2024, foi deliberado pela diretoria a dação em pagamento de parte de um terreno para pagamento de tributos provisionados para o município de Ribeirão das Neves. Em julho de 2024, houve a dação no valor de R\$4.681.

Movimentação das provisões de contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora					
	2023	Adições	Reversões	Baixa (b)	Atualização Monetária	2024
Contingências cíveis	3.909	50	(4)	-	696	4.651
Contingências tributárias	6.580	220	(311)	(4.681)	279	2.087
Contingências administrativas	991	919	(740)	-	202	1.372
Contingências trabalhistas	206	191	(178)	-	13	232
Contingências ambientais	1.923	-	-	-	133	2.056
Outras contingências	1.335	-	(1.335)	-	-	-
	<u>14.944</u>	<u>1.380</u>	<u>(2.568)</u>	<u>(4.681)</u>	<u>1.323</u>	<u>10.398</u>
	2022	Adições	Reversões	Baixa (b)	Atualização Monetária	2023
Contingências cíveis	3.459	-	(146)	-	596	3.909
Contingências tributárias	5.016	1.172	-	-	392	6.580
Contingências administrativas	824	-	-	-	167	991
Contingências trabalhistas	569	414	(791)	-	14	206
Contingências ambientais	1.805	-	-	-	118	1.923
Outras contingências	1.335	-	-	-	-	1.335
	<u>13.008</u>	<u>1.586</u>	<u>(937)</u>	<u>-</u>	<u>1.287</u>	<u>14.944</u>



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					2024
	2023	Adições	Reversões	Baixa (b)	Atualização Monetária	
Contingências cíveis	42.162	50	(4)	-	2.547	44.755
Contingências tributárias	12.589	1.155	(1.419)	(4.681)	558	8.202
Contingências administrativas	991	919	(740)	-	202	1.372
Contingências trabalhistas	206	191	(178)	-	13	232
Contingências ambientais	1.923	-	-	-	133	2.056
Outras contingências	1.335	-	(1.335)	-	-	-
	<u>59.206</u>	<u>2.315</u>	<u>(3.676)</u>	<u>(4.681)</u>	<u>3.453</u>	<u>56.617</u>
	Consolidado					2023
	2022	Adições	Reversões	Baixa (b)	Atualização Monetária	
Contingências cíveis	40.294	-	(146)	-	2.014	42.162
Contingências tributárias	10.978	2.065	(1.093)	-	639	12.589
Contingências administrativas	824	-	-	-	167	991
Contingências trabalhistas	569	414	(791)	-	14	206
Contingências ambientais	1.805	-	-	-	118	1.923
Outras contingências	1.335	-	-	-	-	1.335
	<u>55.805</u>	<u>2.479</u>	<u>(2.030)</u>	<u>-</u>	<u>2.952</u>	<u>59.206</u>

**Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

O Grupo está envolvido em outros processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios com risco de perda classificado como possível por seus consultores jurídicos envolvendo a Companhia no montante de R\$29.318 em 31 de dezembro de 2024 (R\$26.062 em 31 de dezembro de 2023) e envolvendo o Grupo em R\$55.146 em 31 de dezembro de 2024 (R\$50.345 em 31 de dezembro de 2023), para as quais não é requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

Em abril de 2023, por decisão monocrática proferida no âmbito do STF, houve determinação condenatória de pagamento de honorários sucumbenciais em uma ação popular ajuizada em junho de 2018, cujo objeto principal foi o cancelamento da emissão de debêntures envolvendo o Estado de Minas Gerais "EMG", a Minas Gerais Participações "MGI" e a Codemig. Há contingência passiva que está sob responsabilidade da Codemig, com risco estimado de R\$25.828 (R\$24.157 em 31 de dezembro de 2023). Em 15 de maio de 2023, a Codemig interpôs recurso de agravo interno visando à reforma da decisão, em revisão pelo órgão colegiado do STF.

Exceto pela contingência cível provisionada pela Codemig, todos os demais processos envolvendo a Codemig até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como possíveis, restando somente aqueles processos que envolviam os ativos que se mantiveram na Codemig após a cisão.

**Contingências ativas**

Existem processos de contingência ativa que o Grupo está envolvido classificados como provável entrada de benefícios econômicos por seus consultores jurídicos envolvendo a Companhia no montante estimado de R\$6.217 em 31 de dezembro de 2024 e envolvendo o Grupo em R\$12.071 em 31 de dezembro de 2024, para os quais é requerida a divulgação, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro. Os processos são relacionados a questões tributárias, administrativas, ambientais e aspectos cíveis, sendo os mais relevantes deles relativos à cobrança de valores a receber do Instituto Cultural Filarmônica, pelas despesas com manutenção da Sala Minas Gerais no valor de R\$5.854, e da Superfonte Comércio Indústria e Exportação Ltda, pelo arrendamento de áreas de direito mineral no valor de R\$3.543.

**(ii) Provisão para descomissionamento**

No dia 13 de junho de 2024, foi assinado o 11º acordo entre a Codemig e a CBMM. Nele foi ressaltado o fato do contrato da SCP ter a vigência até 2032, ou seja, prazo inferior ao prazo estimado para vida útil da mina de pirocloro localizada no município de Araxá. Dessa forma, as partes determinaram, por meio deste acordo, que a contabilização do provisionamento para o fechamento das minas deveria ser de responsabilidade de cada uma das titulares dos seus respectivos direitos minerais.

Tendo isso em vista, a Codemig reconheceu em junho de 2024 a provisão para descomissionamento de sua mina em Araxá, tendo como base uma estimativa de gastos todas as despesas cuja expectativa de desembolso futuro seja provável para realização dos procedimentos de descomissionamento de uma área de mineração após o encerramento das atividades de lavra e das obrigações para desativação total das estruturas do local onde se realizou a extração. Em dezembro de 2024 foi feita uma revisão dessa provisão, em que a expectativa de vida das minas passou de 80 para 76 anos.

Considerando que as obrigações para desativação e retirada de serviço de ativos de longo prazo ou restauração de áreas onde os ativos operam são exemplos de passivos de longo prazo que podem ter natureza não contratual sobre a qual se aplica o ajuste a valor presente. A expectativa de início dos desembolsos é para o ano de 2100 e, portanto, foi registrado ajuste a valor presente (AVP) dessa provisão. Em dezembro de 2024, foi considerada a taxa DI em 12,15% a.a. descontada da taxa de inflação de 4,90% a.a. como taxa de desconto que reflita juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação.

Como contrapartida relativa à provisão de descomissionamento ajustada a valor presente foi registrado um ativo de descomissionamento de mina (vide nota 17).

**25 Patrimônio líquido**

**(a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Codemge é de R\$546.845 (R\$574.396 em 31 de dezembro de 2023), representado por 205.221 ações, sendo que o Governo de Minas Gerais detém 205.219 e a MGI detém 2 ações.

A Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Codemge, realizada no dia 05 de abril de 2024, por sua livre iniciativa e por considerar seu capital social excessivo, deliberou pela redução de capital social no montante de R\$27.551, nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76. Os acionistas aprovaram a redução do capital ao Estado de Minas Gerais no montante de R\$27.550 e à MGI Participações no montante de R\$1. Como forma de remuneração a título de devolução da participação do EMG no capital social da Companhia, a proposta aprovada determinou pela transferência dos ativos Edifício Sede composto por terreno e edifício comercial sito à Rua Manaus, 467, Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG, Lote anexo composto por terreno sito à Rua Manaus, 483, Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG, e 205 (duzentos e cinco) itens dentre equipamentos e mobiliários componentes do Edifício Sede, avaliados conjuntamente em R\$27.551. O acionista MGI recebeu sua participação na redução de capital em moeda corrente nacional, no montante de R\$1.

**(b) Capital autorizado**

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**(c) Reserva de capital**

Em 31 de dezembro de 2024, a reserva de capital é de R\$580.943 (R\$580.943 em 31 de dezembro de 2023) referente a ágio na emissão de ações em que parte do preço da emissão das ações, que não tem valor nominal, ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

**(d) Reservas de lucro**

**(d.1) Reserva legal**

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal pode deixar de ser constituída se o saldo da mesma, acrescido da reserva de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal, conforme legislação, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024 a reserva legal da Companhia era de R\$62.996 (R\$62.996 em 31 de dezembro de 2023).

**(d.2) Retenção de lucros**

Após a constituição da reserva legal e a proposição de dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia destinou o saldo remanescente dos lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 à constituição da reserva de retenção de lucros. Deste montante, foi proposto pela Diretoria e aprovado em AGE a manutenção da reserva de retenção de lucros no valor de R\$200.000 para aplicação no Projeto de Municipalização de Rodovias.

Foram deliberados em Assembleia realizada em abril de 2024 a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$466.331 e a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$6.374.

Em 31 de dezembro de 2024, a reserva de retenção de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, é de R\$868.376 (R\$672.705 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Assembleia Geral deliberará a respeito da destinação do montante excedente de reservas de lucros em relação ao total do capital social, nos termos descritos na Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 11.638/2007).

**(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A política de dividendos da Codemge determina a distribuição anual mínima de 25% dos lucros, após destinações legais e estatutárias. Os saldos dos proventos distribuídos estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	891.169	888.441	1.740.019	1.665.755
Reserva de retenção de lucros	868.376	672.705	868.376	672.705
Reservas de lucros distribuídas (i)	472.705	564.712	494.851	580.221
Dividendos intercalares distribuídos	-	-	728.326	650.523
Dividendos intercalares a deliberar	-	-	86.690	33.376
Juros sobre o capital próprio creditados	52.000	30.000	60.820	49.600
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	170.793	192.110	188.302	243.780
Total de proventos distribuídos	<u>695.498</u>	<u>786.822</u>	<u>1.558.989</u>	<u>1.557.500</u>

(i) Valor referente a distribuição de dividendos anuais relativos ao exercício anterior deliberados em Assembleia Geral, posteriormente ao encerramento das demonstrações financeiras.

A Companhia realizou no exercício de 2024 a distribuição de JCP aos seus acionistas no valor total de R\$52.000 na controladora e R\$60.820 no consolidado, conforme deliberações da Diretoria, de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/1995 e art. 75 da IN 1.700/2017:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Patrimônio líquido	2.080.287	1.905.122	2.383.498	2.222.974
Lucro líquido do exercício	891.169	888.441	1.740.019	1.665.755
Lucro líquido ajustado, conforme Art. 75 da IN 1.700/2017	960.277	918.441	2.088.120	2.566.431
Limite da TJLP sobre o patrimônio líquido ajustado	116.192	126.027	148.804	168.600
Saldo do limite de 50% dos lucros do exercício	<u>480.139</u>	<u>459.221</u>	<u>1.044.060</u>	<u>1.283.216</u>
<b>Juros sobre o capital próprio</b>	<u>52.000</u>	<u>30.000</u>	<u>60.820</u>	<u>49.600</u>

**(f) Ajuste de avaliação patrimonial**

O saldo apresentado em ajuste de avaliação patrimonial de R\$21.127, em 31 de dezembro de 2024, (R\$14.082 em 31 de dezembro de 2023) demonstra os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente seriam reconhecidas no resultado em momentos futuros. É composto substancialmente pelas variações de outros resultados abrangentes dos investimentos mensurados a VJORA – nota 14 e de empresas coligadas e controladas – nota 15. No primeiro trimestre de 2023, a Companhia realizou a baixa de R\$17.238 dos saldos relacionados à Helibrás em contrapartida ao resultado do período em decorrência da alienação da participação ocorrida em fevereiro de 2023. Além disso, parte do valor anteriormente contabilizado como ajuste de avaliação patrimonial (R\$1.809) foi registrado diretamente em contrapartida ao lucro acumulado no patrimônio líquido e refere-se à reserva de reavaliação do ativo imobilizado.

**26 Receita líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita – SCP (i)	-	-	1.681.302	1.435.716
Arrendamentos (ii)	74.524	60.954	74.528	60.958
Receita com vendas, serviços e locações (iii)	19.082	15.481	27.263	19.010
Receita bruta	<u>93.606</u>	<u>76.435</u>	<u>1.783.093</u>	<u>1.515.684</u>
Impostos	(8.765)	(9.668)	(9.522)	(9.995)
Devoluções e deduções da receita líquida	-	(3.174)	-	(3.174)
<b>Receita líquida</b>	<u>84.841</u>	<u>63.593</u>	<u>1.773.571</u>	<u>1.502.515</u>

(i) Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro:



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado da SCP	2024	2023
Receita bruta de vendas	13.363.267	11.618.278
Devoluções e deduções de receita de vendas	20.521	(192.936)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>13.383.788</b>	<b>11.425.342</b>
Custo de vendas	(2.381.405)	(2.317.470)
<b>Margem bruta nas vendas</b>	<b>11.002.383</b>	<b>9.107.872</b>
Despesas estruturais	(1.684.251)	(494.041)
Outras receitas operacionais	13.345	26.811
<b>Lucro operacional</b>	<b>9.331.477</b>	<b>8.640.642</b>
Resultado de cláusulas contratuais da SCP	1.374.967	(307.704)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP</b>	<b>10.706.444</b>	<b>8.332.938</b>
<b>Participação de 25% da Companhia</b>	<b>2.676.611</b>	<b>2.083.235</b>
Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM	(128.057)	77.795
Imposto de renda e contribuição social corrente - SCP	(598.906)	(619.728)
Imposto de renda e contribuição social - antecipações a pagar	(32.799)	(10.563)
Imposto de renda e contribuição social - antecipações mensais	(235.547)	(95.023)
Provisão para contingência trabalhista	-	-
<b>Receita - SCP</b>	<b>1.681.302</b>	<b>1.435.716</b>

O Grupo recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 (c) e 18).

(ii) Estão compreendidas as receitas com arrendamento de jazidas na extração de minério britado, de administração dos hotéis pertencentes ao Grupo e dos Expominas Belo Horizonte, Araxá e Juiz de Fora, pela realização de eventos.

(iii) Valores em 31 de dezembro de 2024 e 2023 referem-se principalmente às receitas do Centro Cultural Itamar Franco, venda de distrito industrial e bilheteria de parques.

27 Custo dos imóveis vendidos ou doados

Em 2024, refere-se principalmente ao custo do Distrito Industrial de Uberaba doado à Prefeitura do mesmo município no valor de R\$5.175 e ao custo da Fazenda Mato Grosso II no valor de R\$1.492 dada em pagamento à Prefeitura de Ribeirão das Neves para quitação de débito fiscal. Ver nota 12.

28 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com pessoal (i)	(82.582)	(71.226)	(90.439)	(78.198)
Encargos sociais	(16.490)	(14.660)	(16.490)	(14.660)
Viagens e estadias	(3.627)	(1.647)	(3.627)	(1.647)
Despesas de uso e consumo	(3.150)	(2.488)	(5.436)	(4.629)
Serviços de apoio e limpeza	(15.493)	(14.166)	(15.810)	(14.464)
Serviços de consultoria e auditoria	(4.578)	(4.857)	(5.724)	(8.731)
Serviços de engenharia e manutenção (ii)	(12.534)	(7.636)	(13.574)	(8.612)
Serviços de informática	(4.266)	(4.618)	(4.292)	(4.631)
Publicidade e patrocínio (iii)	(29.050)	(15.508)	(29.050)	(15.508)
Indenizações	(200)	(1.209)	(1.477)	(1.211)
Despesas tributárias (iv)	(7.539)	(1.955)	(9.118)	(3.448)
Depreciação e amortização	(5.446)	(6.884)	(8.445)	(9.879)
Reversão / (perda) por redução ao valor recuperável (v)	5.733	(22.329)	34.232	(20.029)
Reversão / (Provisão) para contingências	1.188	(649)	1.361	(449)
(Perda) / reversão perda esperada de créditos de liquidação duvidosa				
(vi)	(13.107)	245	(13.107)	577
Outras	(3.622)	(3.567)	(4.556)	(4.264)
	<b>(194.763)</b>	<b>(173.154)</b>	<b>(185.552)</b>	<b>(189.783)</b>

(i) Em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de serviços compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido no cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada.

(ii) Em 2024, foi gasto o montante de R\$2.793 referente a contratação de uma empresa habilitada em engenharia e execução de obras para a reforma das praças entorno do Expominas BH/MG e R\$2.650, referente a execução de obras de engenharia para manutenção e reforço das estruturas metálicas de sustentação dos elevadores dos prédios Minas e Gerais da Cidade Administrativa.

(iii) Em 2024, houve um aumento em função da realização de novos patrocínios e campanhas de publicidade e propaganda, refletindo o reposicionamento estratégico da Companhia.

(iv) No 4º trimestre de 2024, o SENAI antecipou para a Companhia, o pagamento integral da compra do LabFabITR ocorrida em dezembro de 2023. Em função da transferência de propriedade do empreendimento ter sido formalizada somente após o pagamento integral do valor, foi reconhecido neste período na Codemge a despesa do ICMS diferido do Laboratório no valor total de R\$5.436.

(v) As explicações para a variação estão especificadas abaixo:

(a) Em 2024, foram provisionados para perdas por redução ao valor recuperável o saldo de R\$3.858 em relação aos juros das debêntures do Biotech e R\$1.740 em relação ao investimento da SCP Água Mineral. Para mais detalhes vide nota 15.

(b) No 3º trimestre de 2024, foi realizada reversão de parte da provisão para perda por redução ao valor recuperável do Expominas São João Del Rei no valor de R\$13.186, vide nota 16.

(c) No 2º trimestre de 2023, foi registrada a provisão para perda por redução ao valor recuperável do projeto MGgrafeno no valor de R\$19.207 em função da saída da Companhia do projeto. Para mais detalhes vide nota 17.

(d) Em relação ao Consolidado, no 4º trimestre de 2024, houve a reversão da provisão para perda por redução ao valor recuperável do terreno do bairro Olhos D'água e do Centro Cultural Presidente Itamar Franco no montante total de R\$28.499. Para mais detalhes vide nota 16.

(vi) No 4º trimestre de 2024, foi reconhecido o montante de R\$14.059 como PECLD referente aos títulos em atraso do arrendamento do Expominas BH, em função da negociação que estava vigente ter originado uma provável incerteza dos recebimentos dos débitos. A dívida ainda será discutida em câmara arbitral na tentativa de solucionar o conflito amigavelmente.

29 Projetos e Parcerias

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Projeto de Saneamento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IFC (i)	(3.934)	(1.248)	(3.934)	(1.248)
Consultoria do Transporte Coletivo - Ruaviva (ii)	(391)	(42)	(391)	(42)
Apoio Técnico para o PELT - Valec (iii)	(502)	-	(502)	-
Assessoria para modelagens e estruturação de parcerias - UNOPS (iv)	(1.122)	-	(1.122)	-
Projeto Malha Rodoviária Itabira - DOM CABRAL (v)	(2.565)	-	(2.565)	-
Projeto Malha Rodoviária Itabira - IGTECH (vi)	(150)	-	(150)	-
Serviços em relacionamento institucional nas áreas de infraestrutura e energia - GRI (vii)	(200)	-	(200)	-
	<b>(8.864)</b>	<b>(1.290)</b>	<b>(8.864)</b>	<b>(1.290)</b>

Conforme nota 1 (f), a Codemge foi autorizada a estruturar e modelar projetos de concessões e parcerias público-privadas para o Estado de Minas Gerais e para tanto pode contratar terceiros para fornecimento de produtos ou serviços utilizados na elaboração dos projetos conforme descrito abaixo:

(i) **Projeto de Saneamento do Norte e Nordeste de Minas Gerais** - Internacional Finance Corporation ("IFC") para elaborar estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, ambiental e jurídica para concessão da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na região nordeste de Minas Gerais.

(ii) **Consultoria do Transporte Coletivo** - Instituto de Mobilidade Sustentável ("Ruaviva") para elaboração da modelagem econômico-financeira necessária à revisão dos contratos de concessão do Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo de Passageiros de Minas Gerais.

(iii) **Apoio Técnico para o Plano Estadual de Logística e Transporte do Estado de Minas Gerais (PELT)** - Valec Engenharia Construções e Ferrovias S/A ("Valec") prestação de serviços técnicos para elaboração de estudos a fim de subsidiar o Plano Estadual de Logística e Transporte do Estado de Minas Gerais ("PELT MG").

(iv) **Assessoria para modelagens e estruturação de parcerias** - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos ("UNOPS") para elaboração do plano de trabalho relativo à assessoria técnica na estruturação de parcerias.

(v) **Projeto Malha Rodoviária Itabira** - Fundação Dom Cabral ("Dom Cabral") para elaboração de estudo técnico de tráfego com a finalidade de apoiar o desenvolvimento de um modelo de concessão para gerenciar a infraestrutura e serviços públicos relacionados ao sistema rodoviário na região de Itabira/MG, bem como em relação a toda a malha rodoviária do estado de Minas Gerais.

(vi) **Projeto Malha Rodoviária Itabira** - Instituto de Gestão Territorial e Geotecnologias ("IGTECH") para levantamento aéreo para cadastramento territorial multifinalitário na malha rodoviária de Itabira.

(vii) **Serviços em relacionamento institucional nas áreas de infraestrutura e energia** - GRI Brasil Eventos Ltda ("GRI") para acesso a conferências anuais, *matchmaking*, produção de eventos customizados e produção de conteúdo.

30 Gastos com desenvolvimento

Contrato	Descrição	Data do Convênio	Valor do convênio	Valor total gasto até dez/2024	Controladora	
					2024	2023
<b>Convênios (i)</b>						
1380	Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia	01/01/2015	11.875	(9.273)	-	-
10953	Trecho Pavão/Águas Formosas	01/05/2020	11.000	(10.000)	-	(2.647)
10954	Projeto Pontes	01/05/2020	2.500	(1.495)	(747)	-
10971	Sistema BIM DER/SEINFRA	19/06/2020	1.830	(1.500)	(170)	(220)
11065	Sebrae-MG - Programa Sebraetec	21/11/2020	25.000	(10.000)	-	(4.000)
11369	Associação Mineira de Municípios - AMM	15/05/2023	1.462	(1.462)	(661)	(801)
11452	Município de Lagoa Santa	06/11/2023	3.700	(2.350)	(1.350)	(1.000)
11520	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais	17/04/2024	580	(580)	(580)	-
11696	Grupo Cleyde	14/10/2024	1.084	(1.084)	(1.084)	-
11697	Instituto Mundo	14/10/2024	6.898	(6.628)	(6.628)	-
11713	Associação Mineira de Municípios - AMM	07/11/2024	1.000	(500)	(500)	-
			<b>66.929</b>	<b>(44.872)</b>	<b>(11.720)</b>	<b>(8.668)</b>

Termos de Transferência Municipalização (ii)

11633	Almenara	04/07/2024	1.400	(1.400)	(1.400)	-
11630	Alto Rio Doce	04/07/2024	1.680	(1.680)	(1.680)	-
11621	Bom Sucesso	03/07/2024	1.190	(1.190)	(1.190)	-
11644	Botelhos	03/07/2024	1.330	(1.330)	(1.330)	-
11643	Caratinga	03/07/2024	1.260	(1.260)	(1.260)	-
11622	Curral de Dentro	04/07/2024	1.260	(1.260)	(1.260)	-
11632	Heliadora	04/07/2024	595	(595)	(595)	-
11634	Itaguara	04/07/2024	2.695	(2.695)	(2.695)	-
11580	Joáima	03/07/2024	619	(619)	(619)	-
11623	Machado	04/07/2024	3.710	(3.710)	(3.710)	-
11608	Mirabela	04/07/2024	2.450	(2.450)	(2.450)	-
11609	Novo Cruzeiro	03/07/2024	1.750	(1.750)	(1.750)	-
11617	Palmópolis	05/07/2024	700	(700)	(700)	-
11625	Queluzito	03/07/2024	1.330	(1.330)	(1.330)	-
11629	Salinas	03/07/2024	3.570	(3.570)	(3.570)	-
11639	São João do Paraíso	04/07/2024	1.190	(1.190)	(1.190)	-
11627	Sarzedo	03/07/2024	5.530	(5.530)	(5.530)	-
11637	Serra Azul de Minas	04/07/2024	1.190	(1.190)	(1.190)	-
11638	Taiobeiras	04/07/2024	3.220	(3.220)	(3.220)	-
11645	Vargem Bonita	03/07/2024	420	(420)	(420)	-
11642	Virgolândia	04/07/2024	875	(875)	(875)	-
			<b>37.964</b>	<b>(37.964)</b>	<b>(37.964)</b>	<b>-</b>
			<b>104.893</b>	<b>(82.836)</b>	<b>(49.684)</b>	<b>(8.668)</b>



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contrato	Descrição	Data do Convênio	Valor do convênio	Valor total gasto até dez/2024	Consolidado	
					2024	2023
<b>Convênios (i)</b>						
1380	Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia	01/01/2015	11.875	(9.273)	-	-
10953	Trecho Pavão/Águas Formosas	01/05/2020	11.000	(10.000)	-	(2.647)
10954	Projeto Pontes	01/05/2020	2.500	(1.495)	(747)	-
10971	Sistema BIM DER/SEINFRA	19/06/2020	1.830	(1.500)	(170)	(220)
11065	Sebrae-MG - Programa Sebraetec	21/11/2020	25.000	(10.000)	-	(4.000)
11369	Associação Mineira de Municípios - AMM	15/05/2023	1.462	(1.462)	(661)	(801)
11452	Município de Lagoa Santa	06/11/2023	3.700	(2.350)	(1.350)	(1.000)
11518	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais - SECULT	02/04/2024	12.086	(9.800)	(9.800)	-
11520	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais	17/04/2024	580	(580)	(580)	-
11560	Associação de Pais, Amigos e Mestres do Colégio Militar de Belo Horizonte - APAM	06/06/2024	1.348	(1.348)	(1.348)	-
11561	Prefeitura Divino	29/05/2024	200	(200)	(200)	-
11563	Associação Mineira de Municípios - AMN	29/05/2024	1.636	(1.636)	(1.636)	-
11586	Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração - CONSAD	19/06/2024	1.000	(1.000)	(1.000)	-
11589	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba - ANDESIAPI	19/06/2024	1.100	(1.100)	(1.100)	-
11594	Liga dos Esportes - LIDARP	26/06/2024	500	(500)	(500)	-
11640	Instituto Brasil Ride	05/07/2024	500	(500)	(500)	-
11662	Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem - ABDER	13/08/2024	65	(65)	(65)	-
11696	Grupo Cleyde	14/10/2024	1.084	(1.084)	(1.084)	-
11697	Instituto Mundu	14/10/2024	6.898	(6.628)	(6.628)	-
11713	Associação Mineira de Municípios - AMM	07/11/2024	1.000	(500)	(500)	-
			85.364	(61.021)	(27.869)	(8.668)
<b>Termos de Transferência Municipalização (ii)</b>						
11582	Água Boa	12/06/2024	2.243	(2.243)	(2.243)	-
11633	Almenara	04/07/2024	1.400	(1.400)	(1.400)	-
11630	Alto Rio Doce	04/07/2024	1.680	(1.680)	(1.680)	-
11621	Bom Sucesso	03/07/2024	1.190	(1.190)	(1.190)	-
11644	Botelhos	03/07/2024	1.330	(1.330)	(1.330)	-
11548	Brazópolis	29/05/2024	2.240	(2.240)	(2.240)	-
11558	Bugre	13/06/2024	1.190	(1.190)	(1.190)	-
11583	Capelinha	12/06/2024	3.080	(3.080)	(3.080)	-
11643	Caratinga	03/07/2024	1.260	(1.260)	(1.260)	-
11556	Carbonita	03/06/2024	1.610	(1.610)	(1.610)	-
11602	Carmópolis de Minas	25/06/2024	1.540	(1.540)	(1.540)	-
11581	Córrego do Bom Jesus	12/06/2024	1.400	(1.400)	(1.400)	-
11552	Córrego Fundo	03/06/2024	2.800	(2.800)	(2.800)	-
11622	Curral de Dentro	04/07/2024	1.260	(1.260)	(1.260)	-
11607	Curvelo	26/06/2024	10.220	(10.220)	(10.220)	-
11575	Divino	12/06/2024	1.330	(1.330)	(1.330)	-
11590	Divisa Nova	24/06/2024	700	(700)	(700)	-
11619	Formoso	01/07/2024	910	(910)	(910)	-
11559	Guanhães	03/06/2024	8.470	(8.470)	(8.470)	-
11591	Guaxupé	24/06/2024	4.410	(4.410)	(4.410)	-
11632	Heliodora	04/07/2024	595	(595)	(595)	-
11634	Itaguara	04/07/2024	2.695	(2.695)	(2.695)	-
11577	Jaíba	12/06/2024	3.388	(3.388)	(3.388)	-
11613	Janaúba	01/07/2024	2.800	(2.800)	(2.800)	-
11580	Joaima	03/07/2024	619	(619)	(619)	-
11595	Lagoa Dourada	24/06/2024	2.170	(2.170)	(2.170)	-
11549	Lajinha	03/06/2024	2.310	(2.310)	(2.310)	-
11592	Lambari	24/06/2024	6.160	(6.160)	(6.160)	-
11628	Lavras	02/07/2024	3.080	(3.080)	(3.080)	-
11623	Machado	04/07/2024	3.710	(3.710)	(3.710)	-
11618	Manhumirim	01/07/2024	2.940	(2.940)	(2.940)	-
11578	Marilac	12/06/2024	476	(476)	(476)	-
11574	Martins Soares	12/06/2024	3.850	(3.850)	(3.850)	-
11579	Matipó	12/06/2024	2.380	(2.380)	(2.380)	-
11608	Mirabela	04/07/2024	2.450	(2.450)	(2.450)	-
11610	Mirai	26/06/2024	4.410	(4.410)	(4.410)	-
11604	Nacip Raydan	01/07/2024	1.400	(1.400)	(1.400)	-
11609	Novo Cruzeiro	03/07/2024	1.750	(1.750)	(1.750)	-
11617	Palmópolis	05/07/2024	700	(700)	(700)	-
11550	Passos	03/06/2024	644	(644)	(644)	-
11585	Poços de Caldas	13/06/2024	3.920	(3.920)	(3.920)	-
11576	Poços de Caldas	12/06/2024	2.100	(2.100)	(2.100)	-
11625	Queluzito	03/07/2024	1.330	(1.330)	(1.330)	-
11554	Reduto	07/06/2024	980	(980)	(980)	-
11629	Salinas	03/07/2024	3.570	(3.570)	(3.570)	-
11606	Santa Maria de Itabira	26/06/2024	3.010	(3.010)	(3.010)	-
11553	Santo Antônio do Jacinto	03/06/2024	700	(700)	(700)	-
11573	São João Batista do Glória	12/06/2024	2.240	(2.240)	(2.240)	-
11639	São João do Paraíso	04/07/2024	1.190	(1.190)	(1.190)	-
11555	São João Evangelista	03/06/2024	3.626	(3.626)	(3.626)	-
11557	São José do Jacuri	03/06/2024	420	(420)	(420)	-
11620	São José do Jacuri	01/07/2024	630	(630)	(630)	-
11596	São Roque de Minas	24/06/2024	280	(280)	(280)	-
11616	São Sebastião do Maranhão	01/07/2024	910	(910)	(910)	-
11627	Sarzedo	03/07/2024	5.530	(5.530)	(5.530)	-
11637	Serra Azul de Minas	04/07/2024	1.190	(1.190)	(1.190)	-
11551	Simonésia	13/06/2024	2.030	(2.030)	(2.030)	-
11638	Taiobeiras	04/07/2024	3.220	(3.220)	(3.220)	-
11584	Turvolândia	12/06/2024	1.190	(1.190)	(1.190)	-
11645	Vargem Bonita	03/07/2024	420	(420)	(420)	-
11642	Virgolândia	04/07/2024	875	(875)	(875)	-
			138.151	(138.151)	(138.151)	-
			223.515	(199.172)	(166.020)	(8.668)

(i) Dentre os convênios apresentados acima, os convênios 10953, 11065, 11561, 11640 e 11696 foram encerrados e não haverá mais repasses. Os demais encontram-se vigentes até a data da apresentação desta demonstração financeira.

(ii) Termos de Transferência Municipalização: conforme nota 1 (g), foi previsto na Lei Estadual 24.601/2023 que a Codemge e a sua controlada, Codemig, poderiam figurar como interveniente financeiro responsável por realizar o pagamento compensatório de trecho de rodovia nos Termos de Transferência do DER-MG para os municípios mineiros.

**31 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Parcerias (i)	(16.323)	(11.303)	(16.323)	(11.813)
Recuperações de taxas e despesas	3.033	8.165	4.386	8.787
Ganho na venda de imobilizado (ii)	7.632	26.017	7.632	26.017
Ganho na venda de investimento (iii)	85.156	73.375	85.156	73.375
Outras	(2.280)	(2.968)	(2.513)	(3.070)
	77.218	93.286	78.338	93.296

(i) Até 31 de dezembro de 2024 foram repassados R\$16.323, para custeio e manutenção do Invest Minas, conforme art. 2º da Lei 22.287/2016. No mesmo período de 2023 foi repassado o valor total de R\$11.303.

(ii) Em janeiro de 2024 foi realizada a venda de um terreno situado no município de Curvelo pelo valor de R\$8.247 com o custo líquido de R\$615, gerando um ganho de capital no total de R\$7.632. No mesmo período de 2023 houve um ganho de capital no total de R\$26.017, referente a alienação de alguns ativos imobilizados da Companhia, sendo o imóvel localizado na rua Aimorés, com ganho de R\$11.386 entre outros.

(iii) Em agosto de 2024 houve a alienação da participação da Companhia na empresa Datora Participações e Serviços S.A., gerando um ganho de capital no total de R\$93.703 reduzido pelo ajuste ao valor presente de R\$8.547, perfazendo um ganho de R\$85.156. Em fevereiro de 2023, em função da formalização da venda das ações da Helibras e da IAS, foi registrado o ganho na alienação da participação societária da Companhia no valor de R\$73.375.

**32 Resultado financeiro**

O resultado financeiro incorrido pelo Grupo está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem como *benchmark* o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices também influenciam diretamente nos montantes apropriados de receitas.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas</b>				
Juros recebidos de aplicações financeiras	106.095	96.753	270.885	289.215
PIS/COFINS Receita Financeira	(5.153)	(4.951)	(13.469)	(13.227)
Variação monetária ativa (i)	4.549	20.517	18.594	28.785
(-) Reversão atualização monetária (ii)	-	-	(19.031)	-
Outras	(224)	161	(15)	223
	105.267	112.480	256.964	304.996
<b>Despesas</b>				
Perdas aplicações e instrumentos financeiros	-	(428)	-	(481)
Variação monetária passiva	(1.379)	(1.346)	(3.509)	(3.012)
IOF	(243)	(1.136)	(1.095)	(2.468)
PIS/COFINS Juros sobre capital próprio	(849)	(2.006)	(851)	(2.006)
Descontos concedidos (iii)	(1.131)	-	(1.131)	-
Outras	(114)	(122)	(118)	(122)
	(3.716)	(5.038)	(6.704)	(8.089)
	101.551	107.442	250.260	296.907

(i) Restituição de saldo negativo de Imposto de Renda – ano 1992: Em setembro de 2024, a Codemig recebeu restituição do crédito de saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário de 1992, exercício 1993. As atualizações monetárias desta restituição foram de R\$5.450.

(ii) Reversão de variação monetária: Em abril de 2024, a Administração da Codemig, em conjunto com a CBMM, deliberou pela compensação no montante de R\$19.031 em favor da CBMM, referente a atualização financeira mensal da receita líquida da SCP.

(iii) Descontos concedidos: Em dezembro de 2024, a Codemge recebeu pagamentos antecipados de duas instituições, o SENAI e a FIEMG, referentes à venda de dois bens: o LabfabITR e o Prédio da Rua Aymorés. A partir disso, foram gerados descontos, sendo de R\$ 906 para o LabfabITR e de R\$ 205 para o Prédio da Rua Aymorés.

**33 Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia e suas controladas são tributadas com base no lucro real a alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 mil anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A discrepância entre o lucro contábil e o prejuízo fiscal se dá uma vez que a maior receita do Grupo, proveniente da operação do nióbio, é tributada na própria SCP. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	891.169	888.441	1.740.019	1.695.183
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(302.997)	(302.070)	(591.606)	(576.362)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Exclusão permanente do resultado da SCP	-	-	571.643	488.143
Resultado com participações societárias	301.878	274.559	1.800	850
Exclusões/(adições) permanentes e temporárias, líquidas	4.459	39.098	23.464	56.906
Ativo diferido não registrado (i)	(3.340)	(11.587)	(5.301)	(11.587)
Ativo IR/CS Diferido Registrado	(30.865)	-	(48.063)	-
Passivo IR/CS Diferido Registrado	30.865	-	48.063	-
Utilização de prejuízos fiscais	-	-	-	12.622
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas</b>	-	-	-	(29.428)
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	0,00%	0,00%	0,00%	1,74%

(i) Em 31 de dezembro de 2024 a Codemge conta com um prejuízo fiscal acumulado de R\$632.000 (R\$619.489 em 31 de dezembro de 2023) e base negativa acumulada de R\$632.000 (R\$619.489 em 31 de dezembro de 2023).

Isso se deve ao fato de que a principal receita da Codemge é oriunda de dividendos recebidos da Codemig e, consequentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

O Grupo apresenta saldo de prejuízo fiscal acumulado de R\$1.210.761 (R\$1.192.483 em 31 de dezembro de 2023) e saldo consolidado de base negativa acumulada de R\$1.217.229 (R\$1.198.951 em 31 de dezembro de 2023).

A partir de junho de 2024, o Grupo passou a contabilizar o passivo de IR/CS diferido sobre as despesas com depreciação fiscal



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nos termos do art. 1º da IN 162/1.998. De outro lado, a Companhia também registrou um ativo de IR/CS diferido no mesmo valor do passivo em razão do prejuízo fiscal acumulado.

Seguem os principais Contratos de Seguros do Grupo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial 1º de janeiro	8.454	15.134	8.454	15.134
Imposto advindos de diferença entre depreciação gerencial e fiscal	30.865	-	48.063	-
Imposto relacionado a outros resultados abrangentes	3.237	(6.680)	3.237	(6.680)
	<u>42.556</u>	<u>8.454</u>	<u>59.754</u>	<u>8.454</u>
Compensação de saldos ativos e passivos por entidade jurídica	(30.865)	-	(48.063)	-
<b>Passivo de imposto diferido (líquido)</b>	<u>11.691</u>	<u>8.454</u>	<u>11.691</u>	<u>8.454</u>

**34 Lucro por ação**

**Básico e diluído**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	891.169	888.441
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	205.221	205.221
Lucro básico e diluído por ação (reais)	<u>4.342,48</u>	<u>4.329,19</u>

**35 Cobertura de Seguros**

O Grupo avalia e monitora os riscos de suas operações e realiza a gestão dos seguros patrimoniais visando preservar a integridade dos bens imóveis da Companhia, garantindo a manutenção do patrimônio e a redução de prejuízos. Além disso, dispõe de um seguro de responsabilidade civil com cobertura para processos judiciais ou administrativos com atos de gestão da Administração.

O Grupo ainda toma medidas adicionais para garantir a segurança de seus ativos, tais como instalação de câmeras de vigilância, alarmes, contratação de vigilantes e sistemas de combate a incêndio. Atualmente, a Companhia assegura ativos com benfeitorias que estejam sendo utilizados pelo Grupo ou que será utilizado em algum projeto relevantes e que tenham valor de mercado superior a R\$1.000.

Bem Segurado	Tipo de cobertura	Início Vigência	Fim Vigência	Controladora		Consolidado	
				Importância Segurada	Prêmio Anual	Importância Segurada	Prêmio Anual
Centro de Cultura Presidente Itamar Franco	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	05/09/2024	05/09/2025	-	-	214.224	106
Grande Hotel de Araxá	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	10/06/2024	10/06/2025	198.000	286	198.000	286
Minascentro	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	23/12/2024	23/12/2025	113.700	20	113.700	20
Thermas Antônio Carlos	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	28/11/2024	24/03/2025	43.958	8	43.958	8
Palace Hotel de Poços de Caldas	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	23/12/2024	23/12/2025	79.661	30	79.661	30
Expominas BH	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	18/05/2024	18/05/2025	250.000	78	250.000	78
Palace Cassino de Poços de Caldas	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	15/05/2024	15/05/2025	92.857	34	92.857	34
Parque das Águas Doutor Lisandro Carneiro Guimarães	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	28/11/2024	24/03/2025	61.693	9	61.693	9
Expominas Juiz de Fora	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	14/01/2024	14/01/2025	38.000	45	38.000	45
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	Responsabilidade civil (Processos judiciais, administrativos ou arbitrais que estejam relacionados com os atos de gestão de executivos)	27/10/2024	25/04/2025	25.000	188	25.000	188
Outros		-	-	26.719	682	26.719	682
<b>Total</b>				<u>929.588</u>	<u>1.380</u>	<u>1.143.812</u>	<u>1.486</u>

**36 Eventos subsequentes**

**(a) Dividendos intercalares – Codemig à Codemge**

Em janeiro de 2025, foram reconhecidos dividendos com base no resultado de dezembro de 2024, no montante de R\$ 90.228. Os proventos foram totalmente recebidos em fevereiro de 2025.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**Transações com partes relacionadas**

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1(c) e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com sua parte relacionada, CODEMIG, em virtude dos valores de dividendos e juros sobre capital próprio repassados por sua controlada que totalizaram R\$ 785.873 mil (R\$ 729.423 mil em 2023). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5

Guilherme Campos e Silva  
Contador CRC 1SP218254/O-1



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 24/04/2025



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2025/04/BALANCO-EM-CODEMGE-24-04-2025.pdf>

